

Estado de Goiás
Polícia Militar
Academia de Polícia Militar
Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais

CAP PMGO ANANIAS RODRIGUES SILVA
CAP PMMA JOSÉ RIBAMAR PEREIRA DA SILVA FILHO

A Formação do Oficial QOPM em Parceria
com a Universidade

Orientador de Conteúdo: CEL PM R/R Rubens de Oliveira Machado

Orientadora Metodológica: Nancy Ribeiro de Araújo e Silva

Goiânia, Julho - 1998

**ESTADO DE GOIÁS
POLÍCIA MILITAR
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS**

CAP PMGO ANANIAS RODRIGUES SILVA

CAP PMMA JOSÉ RIBAMAR PEREIRA DA SILVA FILHO

**A FORMAÇÃO DO OFICIAL QOPM EM PARCERIA
COM A UNIVERSIDADE**

Monografia apresentada à Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Oficial, sob orientação metodológica da Professora Nancy Ribeiro de Araújo e Silva e, de conteúdo, do Cel. PM R/R Rubens de Oliveira Machado.

Goiânia
julho - 1998

Aprovado em 06 / AGO / 1998



Presidente



Membro



Membro

FOLHA DE AVALIAÇÃO
A FORMAÇÃO DO OFICIAL QOPM EM PARCERIA
COM A UNIVERSIDADE

1. ORIENTADORA METODOLÓGICA

Nome: Nancy Ribeiro de Araújo e Silva

1ª Sessão (assunto(s) orientado(s)): Projeto de pesquisa (título
ut supra) - Estudos preliminares.

Data: 13/04/98. Assinatura: Nancy Ribeiro de Araújo e Silva

2ª Sessão (assunto(s) orientado(s)): Projeto de pesquisa -
coerência do texto e reestruturação.

Data: 12/05/98. Assinatura: Detetive

3ª Sessão (assunto(s) orientado(s)): Monografia - discussão
relativa ao desenvolvimento físico.

Data: 03/06/98. Assinatura: Detetive

4ª Sessão (assunto(s) orientado(s)): Monografia - estudo
da normalização metodológica; introdução - desenvolvimento conclusões.

Data: 09/06/98. Assinatura: Detetive

5ª Sessão (assunto(s) orientado(s)): Monografia - redações
concernentes a linguagem científica.

Data: 19/06/98. Assinatura: Detetive

6ª Sessão (assunto(s) orientado(s)): Monografia - revisão
- referências bibliográficas

Data: 29/06/98. Assinatura: Detetive

Parecer Final da Orientadora Metodológica: A presente monografia foi elaborada em conformidade com a normalização de trabalhos científicos.

Data: 09/07/98. Assinatura: Detetive

FOLHA DE AVALIAÇÃO
A FORMAÇÃO DO OFICIAL QOPM EM PARCERIA
COM A UNIVERSIDADE

2. ORIENTADOR DE CONTEÚDO

Nome: Cel. PM R/R Rubens de Oliveira Machado

1ª Sessão (assunto(s) orientado(s)): Introdução; avaliação
e comentários.

Data: 4 / 05 / 98. Assinatura: Rubens de O.

2ª Sessão (assunto(s) orientado(s)): Exatidão histórica;
aspectos de pertinência e oportunidade.

Data: 9 / 06 / 98. Assinatura: Rubens de O.

3ª Sessão (assunto(s) orientado(s)): Revisão das partes já
elaboradas.

Data: 16 / 06 / 98. Assinatura: Rubens de O.

4ª Sessão (assunto(s) orientado(s)): Processo argumentativo
da tese - desenvolvimento.

Data: 23 / 06 / 98. Assinatura: Rubens de O.

5ª Sessão (assunto(s) orientado(s)): Análise do material
levantado na pesquisa de campo e outros.

Data: 30 / 06 / 98. Assinatura: Rubens de O.

6ª Sessão (assunto(s) orientado(s)): Conclusões, propostas e
revisões.

Data: 2 / 07 / 98. Assinatura: Rubens de O.

Parecer Final da Orientador de Conteúdo: Com base no material
de avaliação, os alunos suscitados no trabalho
procuram justificar de forma suficiente a
proposta pretendida, bem como o assunto.

Data: 10 / 07 / 98. Assinatura: Rubens de O.

DEDICATÓRIA

***Às nossas esposas e filhos pela
compreensão das ausências, apoio nos
momentos difíceis e amor a todo instante
nas nossas vidas.***

CAP PMGO Rodrigues

CAP PMMA Silva Filho

AGRADECIMENTOS

A Deus, que nos proporciona a vida , saúde, paz e a oportunidade de realização deste trabalho.

Ao Cel. PM R/R Rubens de Oliveira Machado, orientador deste trabalho monográfico, que com especial atenção e amizade contribuiu sobremaneira para a elaboração deste trabalho.

À senhora Nancy Ribeiro de Araújo e Silva, nossa professora e orientadora, que de forma dinâmica, companheira e amiga, não mediu esforços para que obtivéssemos êxito.

Os Autores

*Tudo quanto te vier à mão para
fazer, faze-o conforme as tuas
forças, porque no além para onde tu
vais, não há obra, nem projetos, nem
conhecimentos, nem sabedoria
alguma.*

Eclesiastes 9:10

RESUMO

O presente trabalho focaliza a Formação do Oficial QOPM em parceria com a Universidade. Reveste-se de grande importância, considerando os graves problemas atualmente identificados na Corporação que têm como causa, além de outros fatores, a deficiência na formação e ausência de especialização dos recursos humanos da PM. Uma resenha histórica sobre o ensino público no Brasil, principalmente o ensino universitário, e um retrospecto do ensino policial militar no Estado de Goiás inserem a temática no contexto teórico da educação brasileira. Metodologicamente, o trabalho alicerça-se em pesquisa bibliográfica e de campo. Um quantitativo de 97 (noventa e sete) pessoas envolvidas no processo de Formação, (Oficiais-Instrutores, Professores e Cadetes) e pertencentes à PMMA e PMGO constituiu a amostra. Utilizaram-se, como instrumento de coleta de dados, questionários e entrevistas. A análise foi realizada com base na tabulação dos resultados alcançados com a aplicação dos questionários e informações obtidas nas entrevistas. Considerou-se, também, como material da pesquisa, documentos referentes ao convênio celebrado entre a Polícia Militar do Estado do Maranhão e Universidade Estadual do Maranhão, além do material obtido durante a entrevista concedida pelo Chefe do Estado Maior Geral da PMMA, Diretor de Ensino da PMGO e pelo Comandante da APM/GO. Processada a análise, verificou-se que: a atual formação do Oficial - PMGO, desenvolvida na exclusividade da caserna, distante da comunidade, perde muito em eficácia e gera alguns questionamentos quanto a sua validade; as pessoas envolvidas no processo ensino/aprendizagem na PMGO, (Oficiais-Instrutores, Professores), sentem a necessidade de mudanças e redimensionamentos em todo o processo, com vistas à melhoria da qualidade de ensino e, conseqüentemente, dos serviços prestados pela PMGO. Ficou evidente que o estabelecimento de uma política de ensino, pertinente a formação do Oficial, não deve prescindir do envolvimento de todos os segmentos da sociedade organizada, principalmente das Instituições de Ensino Superior e pesquisa, que estejam dispostas a partilhar com a Polícia Militar as experiências de formação e especialização de recursos humanos, em diferentes áreas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 15

I - A UNIVERSIDADE E O ENSINO NO BRASIL 21

1.1. Antecedentes Históricos..... 21

1.2. Origem do Ensino Público no Brasil..... 23

1.3. Primórdios da Universidade Brasileira..... 27

1.4. Universidade hoje..... 28

1.5. A Universidade em Goiás..... 30

1.5.1 A Universidade Estadual de Anápolis..... 30

1.6. O Ensino da PMGO..... 34

1.7. Resumo Histórico APM..... 36

**II - ASPECTOS DE INFRA-ESTRUTURA PARA O FUNCIONA-
MENTO DO CFO COM PARTICIPAÇÃO DA UNIVERSIDADE..... 39**

2.1. Recursos Humanos..... 39

2.2. Pressupostos do Convênio UNIANA – PMGO..... 41

2.2.1 – Considerações Gerais..... 41

2.2.2 – Metodologia de Atuação..... 46

2.2.3 - Aspectos Jurídicos e Institucionais do Curso..... 47

2.2.4 - Níveis de Responsabilidades das Instituições..... 47

2.2.5 - Instalações Físicas..... 50

2.2.6 - Pessoal..... 51

2.2.7 - Dotação Orçamentária..... 51

2.2.8 - Funcionamento do Curso..... 52

III – PESQUISA DE CAMPO.....	54
3.1. Apresentação da Pesquisa.....	54
3.2. Análise e Interpretação dos Questionários.....	54
3.2.1 - Resultados obtidos na pesquisa de campo realizada com os Cadetes do 3º Ano/CFO PMMA e PMGO.....	54
3.3. Pesquisa efetuada entre os Oficiais formados no CFO (PMMA x UEMA).....	57
3.4. Pesquisa realizada junto aos Comandantes de Unidades Operacionais da PMMA, onde atuam Oficiais formados na APM/Ma dentro desse novo modelo (convênio PMMA/UEMA)	64
3.5. Pesquisa realizada junto aos Oficiais instrutores e professores da APM/GO (num total de 20/vinte pessoas).....	72
CONCLUSÃO / PROPOSTAS.....	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	79
ANEXOS.....	81
APÊNDICE.....	95

LISTA DE SIGLAS

APM/GO	Academia de Polícia Militar de Goiás
BPM	Batalhão da Polícia Militar
CAO	Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais
CEFAP	Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças
CFA	Centro de Formação e Aperfeiçoamento
CFO	Curso de Formação de Oficiais
CFSd	Curso de Formação de Soldados
CHOA	Curso de Habilitação de Oficiais de Administração
CSSP	Curso Superior em Segurança Pública
CTE	Curso Técnico de Ensino
DEIP	Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa
DI	Departamento de Instrução
FACEA	Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis
GIBI	Gerenciador Integrado de Biblioteca
IGPM	Inspetoria Geral das Polícias Militares
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PM	Polícia Militar
PMGO	Polícia Militar de Goiás
PMMA	Polícia Militar do Maranhão
QOPM	Quadro de Oficiais Policiais Militares
R/R	Reserva Remunerada
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIANA	Universidade Estadual de Anápolis
UOP	Unidade Operacional

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Opinião sobre a participação da Universidade na Formação dos Oficiais da Polícia Militar.....	55
Tabela 2 - Participação dos Cadetes em Debates, Palestras, Seminários, etc., juntamente com a Comunidade Universitária, sobre temas relacionados com a Segurança Pública.....	55
Tabela 3 - Preferência do Curso de Formação de Oficiais pelos Cadetes.....	56
Tabela 4 - Formação Profissional dos Cadetes levando-se em consideração o seu convívio com a comunidade universitária.....	56
Tabela 5 - Opinião sobre o que há de mais importante no intercâmbio Polícia Militar/Universidade.....	57

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	A opção pelo Curso de Formação de Oficiais.....	58
GRÁFICO 2	Relacionamento com os Companheiros de Turma.....	58
GRÁFICO 3	Relacionamento com Oficiais e Praças na APM.....	59
GRÁFICO 4	Rendimento nas Disciplinas Profissionais.....	60
GRÁFICO 5	Rendimento nas Disciplinas Fundamentais.....	60
GRÁFICO 6	Favorável à Formação dos Oficiais (PMMA x UEMA).....	61
GRÁFICO 7	O aprendizado no CFO lhe oferece condições para o desempenho de sua profissão.....	62
GRÁFICO 8	Relacionamento dos Cadetes com alunos da UEMA.....	62
GRÁFICO 9	Opinião sobre o CFO, aspecto positivo.....	63
GRÁFICO 10	Opinião sobre o CFO, aspecto negativo.....	64
GRÁFICO 11	A atual formação dos Oficiais da PMMA.....	65
GRÁFICO 12	Performance profissional dos novos Oficiais da PMMA.....	65
GRÁFICO 13	Relacionamento dos Oficiais formados na APM/MA com os superiores.....	66
GRÁFICO 14	Relacionamento dos Oficiais formados na APM/MA com os subordinados.....	67
GRÁFICO 15	Desempenho dos novos Oficiais.....	67
GRÁFICO 16	Novo modelo de Formação dos Oficiais da PMMA.....	68
GRÁFICO 17	Observância da Hierarquia e Disciplina.....	69
GRÁFICO 18	A participação da Universidade na formação dos Oficiais da PMGO.....	71
GRÁFICO 19	Participação em debates com a comunidade universitária.....	72
GRÁFICO 20	Preferência sobre o modelo de funcionamento do CFO.....	72

INTRODUÇÃO

A Polícia Militar do Estado de Goiás empenha-se no ideal de bem servir à comunidade e proporcionar-lhe a segurança desejada por todos.

À medida que se aproxima o terceiro milênio, o mundo apresenta-se totalmente globalizado com implicações profundas no modo de vida das pessoas.

O aumento da violência e da criminalidade leva a sociedade a exigir uma postura mais eficiente da Polícia Militar no exercício da sua missão constitucional, quer de forma preventiva quer repressiva, ambas constituindo-se atividade fim desta secular corporação. Atualmente, a realidade mostra que nenhuma região está imune aos seus efeitos. O progresso social tem se revelado bastante dinâmico neste final de século, porém, contraditoriamente, tem ensejado conseqüências indesejáveis, como:

- o inchamento desordenado de áreas urbanas em função do êxodo rural;
- a ineficiência de um mercado de trabalho saturado, provocando conseqüentemente o desemprego, o que, como efeito, acarreta o

agravamento da crise sócio-econômica, gerada pela má distribuição de renda.

Esses são fatores fundamentais para o aumento gradativo da violência e da criminalidade nas regiões metropolitanas, exigindo sempre uma solução satisfatória, não só por parte da Polícia Militar, mas de todos os demais segmentos sociais.

Os problemas de segurança pública se agravam. A Polícia Militar tem sido questionada sobre a importância de sua existência ou não; surgem posições centradas em sua substituição por outra organização. Esta realidade alerta a Instituição para a necessidade de proceder urgentes reformulações, obrigando-a a buscar novos caminhos, com vistas à retomada de sua credibilidade.

Impõem-se por necessário questionar a atual formação do Oficial PM na exclusividade da caserna. Neste trabalho técnico-profissional é inserida uma proposta de parceria envolvendo Polícia Militar e Universidade, uma vez que esta já possui “know how” na formação e especialização de recursos humanos em outras áreas do conhecimento.

Compreende-se, entretanto, que a formação do Oficial não deve ser estritamente técnica, mas revestida também, de aspectos humanísticos, para que este profissional, nas suas relações sociais, possa demonstrar capacidade de manifestar-se de modo coerente e de revelar o domínio de vasta cultura profissional.

Essa iniciativa viabiliza a possibilidade de um contato estreito com a Comunidade Universitária, que se supõe dotada de uma visão crítica apurada, utilizando-a como instrumento capaz de levar a discussão sobre a segurança pública ao seio da Universidade, tornando esta uma parceira na busca de soluções aos anseios da sociedade.

O modelo proposto não é pioneiro, uma vez que a Polícia Militar do Estado do Maranhão já desenvolve projeto similar desde 1993, com sucesso. Dentro desse entendimento, vislumbra-se a necessidade de um convênio a ser firmado entre a PMGO e uma Universidade local, para se ministrar aos alunos-Oficiais aulas referentes ao ensino básico, sendo as disciplinas profissionais ministradas na Academia de Polícia Militar.

Acredita-se que esse novo modelo de formação de Oficiais seja uma inovação educacional na estrutura da Segurança Pública, pois introduzirá mudanças significativas nas dimensões filosóficas, organizacionais e pedagógicas, do processo de formação e melhoria da qualidade profissional, conferindo ao Aspirante a Oficial o grau de Bacharel em Segurança Pública.

Destaca-se, ainda, a importância do envolvimento de uma instituição de ensino superior de respeitável notoriedade e elevado prestígio junto à comunidade científica como fonte de maior respaldo e reconhecimento da Instituição por parte da sociedade, pois o modelo vigente, não obstante à sua eficiência, é pouco conhecido e não oferece notabilidade aos oficiais dentro da sua formação.

A partir dessa ótica, preconiza-se a implantação desse novo modelo de formação do Oficial PM, mantendo-se intacta a fidelidade aos verdadeiros ideais da Polícia Militar, na busca perene de sua verdadeira identidade e objetivos, e em última análise, na procura de bem servir à comunidade, promovendo ações capazes de levá-la a experimentar a sensação da segurança tão almejada.

Assim, este trabalho se desenvolver-se-á norteando-se pelos seguintes objetivos:

- possibilitar à Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO) promover a formação de seus Oficiais dentro de critérios científicos com aproveitamento de experiências da Universidade no processo ensino-aprendizagem em outras áreas do conhecimento;
- implementar a participação de uma instituição de ensino superior de respeitável notoriedade e elevado prestígio junto à comunidade científica na formação profissional dos futuros dirigentes da PMGO.
- habilitar o Oficial PM, como um profissional de segurança pública, capaz de desempenhar eficazmente sua missão dentro daquilo que a sociedade moderna espera;
- possibilitar ao jovem Oficial, no decorrer da sua formação, uma convivência mais acentuada com outros segmentos da sociedade;

- identificar os benefícios alcançados a partir da formação em parceria PMMA e Universidade do Estado Maranhão (UEMA).

A execução do trabalho envolve desde a pesquisa bibliográfica até a realização de uma atividade de campo, que são caminhos necessários para se demonstrar o conteúdo da tese e indispensáveis à sustentação de idéias.

O universo de estudo compreendeu os órgãos responsáveis pela formação, ou seja, Academia de Polícia Militar/GO, a Universidade Estadual de Anápolis, (UNIANA), e a Academia de Polícia Militar do Estado do Maranhão. Nesta, o Curso de Formação de Oficiais (CFO) funciona em convênio com a Universidade Estadual do Maranhão. Foram aplicados questionários, tendo por amostra os Cadetes do 3º ano do CFO de ambas as casas de ensino (APM/GO e APM/MA), e os Oficiais-Instrutores, Professores da PMGO. Foram consideradas as entrevistas concedidas pelo Diretor de Ensino e pelo Comandante da APM/GO.

O fato de estarem vivenciando novas experiências dentro do processo de formação no qual estão inseridos, faz dos alunos Oficiais, Instrutores e Professores, o público alvo da pesquisa.

Para um melhor entendimento didático, o presente trabalho está dividido em 03 (três) partes. O primeiro capítulo contém um breve histórico do ensino público e das Universidades no Brasil. Focaliza ainda o ensino na PMGO através da APM. O segundo capítulo trata dos aspectos da formação profissional

e humanística dos Oficiais, bem como dos procedimentos necessários ao funcionamento do CFO em convênio com a Universidade. O terceiro capítulo refere-se à participação da Universidade na formação dos Oficiais da PMGO.

CAPÍTULO I

A UNIVERSIDADE E O ENSINO NO BRASIL

1.1. Antecedentes Históricos

Todas as sociedades que atingiram certo nível de civilização e se estratificaram em classes sociais, e encontrando-se diante da necessidade de formar especialistas de saber erudito, sentiram-se na obrigação de criarem instituições educativas para nelas formar seus quadros superiores de direção administrativa, político-religiosa e técnico-profissional. A preparação desses quadros exigiu a criação de estruturas correspondentes ao que hoje se designa como Universidade. Uma das variantes dessas instituições foi a Universidade Clerical da Idade Média européia que tinha o dever de cumprir a função de guardião de um saber herdado, com caráter de revelação, sem possibilidades de enriquecê-lo e sem liberdade de questioná-lo.

A Universidade Moderna cresceu e se desenvolveu juntamente com a civilização ocidental, fato esse ocorrido concomitantemente com a ruptura do feudalismo. O Renascimento e a Reforma se fizeram à margem e contra a Universidade e seu tempo. Basta recordar que o “Elogio da Loucura”, de Erasmo de Rotterdan, foi em grande parte uma crítica à universidade medieval. A

ilustração e a enciclopédia surgiram também como oposições combativas à velha universidade. A Revolução Francesa não só destruiria a universidade obsoleta da época medieval, como, por intermédio de Napoleão, criaria novos campos de ensino superior na França, com o objetivo de dar maior coesão a nacionalidade, opondo-se aos velhos moldes de ensino universitário.

O antropólogo Darcy Ribeiro¹ acrescenta que, da mesma maneira como houve a generalização do ensino primário e, mais tarde, a ampliação da Educação Média, a Universidade Moderna é fruto da Revolução Industrial. Consequentemente, a universidade atingiu sua forma atual e o fez por excelência, exatamente ali onde cresceu o capitalismo, onde se romperam de maneira drástica, as antigas tradições e onde mais se desenvolveram a tecnologia e a produção.

As Universidades Latino-Americanas também são frutos da Revolução Industrial que, ao transformar todas as sociedades humanas para melhor integrá-las ao mesmo contexto, influenciou nas transformações ocorridas nas Universidades.

Depois da Independência da América Latina, ao passar da condição colonial à neo-colonial, ocorreram profundas transformações modernizadoras, apesar de não ter absorvido totalmente o conhecimento e a tecnologia da civilização industrial. A partir daí, nossas universidades se modernizaram e passaram a adotar os novos modelos franceses de ensino superior.

¹ RIBEIRO, Darcy, A Universidade necessária. Rio de Janeiro, 6. ed. Paz e Terra, 1969. p.37

1.2. Origem do Ensino Público no Brasil

Embora se fale em uma instrução pública no Brasil desde os primórdios de nossa história, a escola pública, tal como a entendemos, teve um nascimento tardio em nosso país.

A educação pública, entendida como a presença do Estado na oferta de ensino, manifesta-se de fato, por uma grande ausência ao longo de todo o período do Brasil colônia e do império.²

O marco inicial surge com a vinda dos jesuítas que, em 1549, trazidos pelo primeiro Governador Geral, Thomé de Souza, deram início ao processo; porém como foi acima citado, os objetivos eram outros, tais como: a busca de novos adeptos ao catolicismo, então enfraquecido, tornar o índio mais dócil por meio da catequese, o que representaria a obtenção de mão-de-obra e por fim formar uma elite cultural na nascente colônia.³ A permanência dos jesuítas no Brasil se estende até 1759, quando a mudança no pensamento acerca de educação existente na metrópole, resulta na expulsão dos jesuítas. Até por volta de 1580, os jesuítas eram os únicos responsáveis pela educação no Brasil e com eles nascem os primeiros colégios que são fundados em São Vicente e Salvador; logo depois outros se espalham pelo litoral brasileiro: São Paulo, Rio de Janeiro, Ilhéus e Recife. Nessa época o ensino se divide em duas classes: inferior, com seis anos de duração e compreendendo o estudo de: Retórica, Humanidades e Gramática, e o superior, com três anos, ensinando: Lógica, Moral, Física, Matemática e Metafísica. As aulas eram ministradas em latim, grego e vernáculo.

² ALMEIDA, José Ricardo Pires de. História da instrução pública no Brasil. São Paulo: Nacional. 1989. p. 25

³ TOBIAS, Antônio José. História da Educação Brasileira. São Paulo: Juriscredi, 1972.

A partir da expulsão dos jesuítas, o Marquês de Pombal, que era político e também muito ocupado e sem qualquer formação filosófica educacional, idealizou a reforma educacional decretada pela metrópole e que deveria atingir os três níveis: primário, médio e superior; porém, desde o início, manifesta predileções, quando procura afastar das escolas de ler e escrever todos os filhos dos pobres e de pessoas do campo, com intuito de não alfabetizá-las, pois temiam que eles por certo, deixariam o campo. Assim sendo, o que lhes era reservado: eram as atividades de pescadores, roceiros e outros ofícios como os de seus pais. Percebe-se dessa forma que a filosofia de ensino na colônia era anti-democrática e anti-cristã, em virtude de que a instrução, cultura e elevação científica não podiam existir, pois, geraria honras, cargos, dinheiro e valores humanos de pessoas da colônia, o que só poderia acontecer na metrópole.

O Marquês de Pombal que estirpou os jesuítas da educação na colônia, na verdade nada colocou em substituição, chegando ao ponto de não dispor de recursos financeiros e humanos para lecionar, lançar mão dos alunos mais adiantados, dando-lhes a missão de ensinar aos demais. Como os filhos dos senhores de engenho e da casa grande seguiriam para a Universidade de Coimbra, a educação brasileira entra em colapso pois além de ver a expulsão dos jesuítas, passa a ser leiga tendendo a laica, os professores rareiam e aceitam o magistério como trabalho inferior e vergonhosamente remunerado. Assim tudo no ensino se desloca e não mais se segue pela realidade nacional como no tempo de Nóbrega, a preocupação passaria a ser uma realidade exterior, distante e desconhecadora das necessidades do Brasil, onde a educação européia se torna a força, centro e modelo da educação brasileira. Tais acontecimentos se estendem até a chegada de Dom João VI ao Brasil, em 1808.

A educação, a partir da chegada de Dom João VI ao Brasil muda para melhor, pois, como estava, seria vergonhoso para o rei viver em uma Colônia atrasada. Era necessário promover a explosão das infra e superestruturas sócio-político, inclusive a educacional, e assim iniciar-se uma série de reformas culturais e educacionais, o que começa a ocorrer em 18 de fevereiro de 1808. Pela decisão n.º 02, cria-se, na cidade do Rio de Janeiro, uma cadeira de Ciência Econômica; pela decisão n.º 09 de 05 de maio de 1808, se estabelece a Real Academia de Guardas-Marinha; pelo decreto de 17 de janeiro de 1809, prescreve-se a maneira pela qual hão de ser providas as cadeiras de ensino público. Neste ritmo, sucedem-se, notavelmente numerosos, os decretos e as decisões, criando escolas, academias, tipografias, cadeiras e provimentos. A carta de lei de 4 de dezembro de 1810, cria na corte e na cidade do Rio de Janeiro, a Academia Real Militar, a primeira faculdade brasileira.

A primeira escola superior do Brasil⁴ surge em meio a uma turbulência, em que o rei, sem saber e sem querer, acaba por criar a primeira faculdade isolada, que se concretizou na Academia Real Militar. D. João VI, seguindo a política da metrópole, receava em fundar universidades, temendo que a colônia adquirisse independência. Por outro lado, tanto o Rei como os que o cercavam jamais estudara o que era universidade, o que era faculdade e quais as suas finalidades. Com isso, o aparecimento do ensino superior no Brasil⁵ se dá tardiamente. Somente em 1912 cria-se a primeira universidade brasileira, a do Paraná, mostrando uma das originalidades de sua educação, enquanto o ensino superior da Europa, Estados Unidos, da América Espanhola e do Canadá constituía-se de

⁴ Idem.

⁵ Idem.

universidades plantadas sobre o tronco da Faculdade de Filosofia. No Brasil, ela nascia e se estruturava à base de faculdades isoladas, isto é, à base de escolas de nível superior com aulas prematuras de formação profissional, com espírito profissionalista e exclusivamente sedentário só de resultados imediatos, não dando de forma alguma lugar à investigação.

Com o advento da República, o projeto n.º 157, de Gastão da Cunha, sem nenhuma preocupação especulativa de universidade e com nítidas influências do modelo alemão, estabelece mais uma vez, um conceito empírico e agregacionista da universidade, criando cinco delas, porém seus estatutos não faziam referências à investigação, muito pelo contrário, rezava em seu parágrafo primeiro, que elas teriam por função, ministrar instrução secundária e superior por intermédio de suas faculdades, e que o ensino continuaria com o caráter iminentemente prático e profissional. Somente a partir de 1931, por proposta de Francisco Campos, pelo decreto n.º 19.851 que serviu de estatuto inicial da universidade brasileira, é que começou a existir algo, pelo menos teórico sobre universidade, que já não mais era conceituada como sendo uma simples reunião de várias faculdades. O caráter propriamente universitário passa a permitir que a vida universitária transcendesse aos limites do interesse puramente profissional. Desta feita, o conceito ora apresentado, representou o que mais se aproximava de um autêntico entender, através de leis se procurava, cada vez mais endireitar o ensino médio e efetivar a estruturação do ensino superior. A legislação dessa fase irá preparar a infra-estrutura universitária, que possibilitará o progresso do Brasil de 1960 em diante.

A partir de 1920, duas grandes ideologias passaram a disputar o terreno da educação brasileira: a educação tradicional e a educação nova. A primeira, herança e legado tanto do mundo cristão medieval quanto da antiga educação luso-brasileira. A segunda, a educação nova, identificava-se com as filosofias sócio-radicais, fixa-se, particularmente, ainda, nas escolas oficiais. Outra corrente existia, contudo, fora da escola, e se caracterizava como uma terceira força constituída por dois contingentes: de um lado pelo povo, inclusive o povo analfabeto e, de outro, a educação ministrada pelas forças armadas, sendo seu ensino regulado por lei especial.

1.3. Primórdios da Universidade Brasileira

Olhando o conjunto da América, observa-se que, na área de colonização espanhola, a Universidade surgiu muito cedo; na área de influência inglesa, surgiu tardiamente e somente em décadas muito recentes aparecem na região colonizada pelos portugueses. As colônias espanholas contavam com seis unidades no final do século da conquista e aproximadamente dezenove no momento da independência. A América inglesa, ao tornar-se independente, contava apenas com nove Universidades. O Brasil contou apenas, durante o período colonial, com um arremedo de Universidade na Bahia, que ministrava cursos propedêuticos para o sacerdócio e para estudos de Direito e Medicina, a complementar-se em Portugal.⁶ A América espanhola e a zona inglesa do continente dispuseram para isso de quadros intelectuais muito mais amplos e qualificados que o Brasil, para a organização nacional e para reorientar o ensino superior.

⁶ RIBEIRO, Wilson de Figueiredo. A Teoria da Universidade e sua aplicação às sociedades em desenvolvimento. Belém, Ed. da Universidade Federal do Pará, 1976. p.76

O Brasil chega à independência sem contar com nenhuma Universidade. Segundo dados divulgados por Sérgio Buarque de Holanda (1963) as Universidades da América espanhola prepararam durante o período colonial 150.000 graduados. Calcula-se que no mesmo lapso de tempo (1577-1822) apenas 2500 jovens nascidos no Brasil seguiram cursos em Coimbra. Verifica-se assim como foi reduzido o número de quadros de nível superior, com que o Brasil contou para dirigir sua vida independente. Este país somente instituiu suas primeiras escolas de ensino superior na década anterior à independência. Quando foi proclamada a República (1889) , contava apenas com cinco faculdades, duas de Direito, em São Paulo e Recife, duas de Medicina, na Bahia e no Rio de Janeiro, e uma Politécnica, nessa mesma cidade.

1.4. Universidade hoje

Vivemos um momento de transformação do mundo, em que a humanidade encontra-se em uma situação de definição histórica. Defrontamo-nos com a perpetuação das disparidades existentes entre as nações e no interior delas, o agravamento da pobreza, da fome, das doenças e do analfabetismo, com profundas influências no modo de viver do povo brasileiro, ao mesmo tempo que chegam ao nosso conhecimento informações e tecnologias existentes no mundo desenvolvido, o país debate-se tentando romper as barreiras do sub-desenvolvimento.

À Universidade compete agir, coordenar e suscitar ações na busca de novos caminhos para a concretização das transformações tão necessárias para o país.

É profundamente indispensável que a Universidade hoje cumpra com toda a sua finalidade, abrangendo ensino, pesquisa e a extensão dos conhecimentos sendo levados até a sociedade, objetivando sobretudo a melhoria da qualidade de vida das pessoas nos seus mais variados aspectos, tais como: saúde, educação, segurança e trabalho.

A Universidade retrógrada, conservada intra-muros, cultivando o saber pelo saber e ministrando o conhecimento apenas a alguns privilegiados, descendentes das classes dominantes, passou a ser uma entidade do passado.

Admite-se hoje, o conceito da Universidade aberta à realidade social circundante, inserida plenamente no espaço e nas funções a ela inerentes por definição legal, intercambiando com a sociedade, suas experiências, suas potencialidades e suas conquistas.

As exigências na melhoria do ensino, pesquisa e serviço extensionais, são, sobretudo, uma prática do exercício da cidadania. A sociedade reconhece a Universidade como instituição, por excelência, de geração, transformação e divulgação do conhecimento, bem como, fonte de progresso e desenvolvimento para o país como veículo de promoção e desenvolvimento humano e social.

Em suma, ser universidade moderna e oportuna significa, fundamentalmente, ir ao encontro das comunidades, conviver com elas, participando dos seus anseios na

*tentativa de colaborar na solução de suas condições de vida, sem pretender jamais oferecer modelos teóricos, prontos e acabados para todos os problemas vividos pela população de qualquer lugar.*⁷

1.5. A Universidade em Goiás

1.5.1. A Universidade Estadual de Anápolis

A Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis - FACEA, atualmente integrada à Universidade Estadual de Anápolis – UNIANA, surgiu no início da década de 60, através da Lei Estadual n.º 3.430, sancionada em cinco de junho de 1961, com implantação oficial somente no ano seguinte, no dia seis de maio de 1962. Durante longos anos, esta instituição funcionou apenas com curso de Ciências Econômicas, oferecendo, a princípio, quarenta vagas.⁸

A partir de 1984 foram autorizados a funcionar naquela instituição os cursos de Administração, Ciências Contábeis e, em 1986, foram criados os cursos de Letras, História, Geografia, Ciências (Licenciatura Curta) e Tecnologia em Processamento de Dados. Em 1990 começaram a ser ministrados os cursos de Ciências (Licenciatura Plena) com habilitação em Biologia e Química, Pedagogia e Engenharia Civil. A UNIANA oferece anualmente 480 vagas. Atualmente todos os cursos já estão reconhecidos, e a própria UNIANA já está funcionando legalmente desde que foi publicado no Diário Oficial da União do dia 24 de janeiro de 1994 o Decreto Presidencial que autoriza o seu funcionamento. Sua estrutura

⁷ CASIMIRO, Maria do Rosário et alii. A Universidade Oportuna – reflexão sobre a universidade e seu desenvolvimento com a comunidade. Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1983, p.12

⁸ UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ANÁPOLIS. Manual de Instruções e Informações. Anápolis - GO. 1998

está baseada em três Centros:

➤ **Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas:**

Ciências – Habilitação em Biologia

Ciências – Habilitação em Química

Engenharia – Habilitação em Engenharia Civil

Tecnologia em Processamento de Dados

➤ **Centro de Ciências Humanas e Letras:**

Geografia

História

Letras

Pedagogia

➤ **Centro de Ciências Sócio- Econômicas:**

Administração

Ciências Contábeis

Ciências Econômicas

Dos Cursos ministrados na UNIANA já foram avaliados pelo MEC, Administração e Engenharia Civil sendo que, em 1996 o curso de Administração obteve nota B e Engenharia Civil nota E, esta ocasionada pela abstenção de 100% dos alunos que optaram por entregar a prova em branco. Quanto à avaliação realizada no dia 29 de junho deste ano, o MEC ainda não encaminhou os resultados.

➤ Laboratórios

A Universidade Estadual de Anápolis conta, atualmente, com laboratórios e equipamentos que oferecem todo suporte necessário aos cursos de Graduação. O laboratório de Informática encontra-se montado em uma sala de aproximadamente 50m². Possui um total de 27 computadores, sendo que destes 11 são Pentium, 10 são modelo 486, e os demais 386. Possuindo ainda duas impressoras.

Os acadêmicos do curso de Engenharia Civil utilizam equipamentos modernos, instalados em espaços físicos distintos nos seguintes laboratórios: Materiais de construção, Física Geral e Experimental I, Física Geral e Experimental II, Topografia, Mecânica de Solos, Eletrotécnica e Eletricidade.

As aulas práticas no laboratório de Química são oferecidas em um espaço de 140 m² de área construída, possuindo toda instrumentalização e reagentes necessários para as seguintes áreas de conhecimento: Química Geral, Orgânica, Inorgânica, Analítica, Físico-Química e Química Biológica.

O laboratório de Biologia destina-se às aulas práticas das disciplinas do curso de Ciências – Habilitação em Biologia e está equipado com microscópios binoculares, espectro fotômetro de alta resolução, estufas para secagem e esterilização, entre outros. Todos, em perfeitas condições de dar suportes às aulas práticas de Biologia Celular, Histologia, Embriologia, Botânica, Zoologia, Anatomia e Fisiologia Humana, Genética, Microbiologia, Imunologia,

Paleontologia, Bioquímica, Biofísica e Geologia. Além disso, possui ainda um Museu de Geociências com vários fósseis catalogados.

O Colégio de Aplicação da UNIANA é o principal campo de estágio para os alunos dos cursos de licenciatura oferecidos na instituição, e conta hoje com 405 alunos matriculados e distribuídos entre a Pré-escola, e o Ensino Fundamental e Médio.

➤ **Biblioteca**

A Biblioteca Central da Universidade Estadual de Anápolis está instalada na sede, situada na avenida JK n.º 146- Bairro Jundiá em Anápolis, onde atende aos cursos de Ciências Econômicas, Administração, Ciência Contábeis, Pedagogia, Geografia, Letras, História e Tecnologia em Processamento de Dados. Suas instalações totalizam 320 m², que estão destinados ao acervo geral, salas de leitura, estudo e pesquisa e o setor de processamento técnico e de periódicos.

O programa de automação, utilizado pela biblioteca central da UNIANA e o GIBI, está em fase inicial tendo sido implantado até o momento a sua I etapa, ou seja, o tombamento do acervo geral.

O Software GIBI (Gerenciador Integrado de Biblioteca) foi implementado, utilizando-se a estrutura do CDS-ISIS desenvolvido pela UNESCO, para o gerenciamento de bases de dados textuais, o micro/sis.

Através do GIBI, o usuário tem acesso, desde o registro de sugestões, aos procedimentos relativos a disseminação da informação, tudo em um só ambiente, em um só sistema.

O acervo de periódicos conta com 235 títulos, também com previsão para aquisição de novos títulos, inclusive internacionais.

O acervo da biblioteca é facultado à comunidade universitária e ao público em geral.

Qualificação do Corpo Docente da UNIANA.

Graduado	5,52%
Cursando Especialização	16,87%
Especialista	52,42%
Cursando Mestrado	8,43%
Mestre	10,24%
Cursando Doutorado	3,01%
Doutor	3,61%
Total	100%

O professor **VICENTE PEDATELLA NETTO** é o atual Reitor da UNIANA.

1.6. O ensino na PMGO⁹

A Polícia Militar de Goiás desde o seu início encontrou enormes dificuldades no que diz respeito à formação de seus integrantes; desta forma passa a recrutar, aleatoriamente e quase que sem qualquer critério, as suas praças e oficiais, prática esta que persistiu por várias décadas em virtude da enorme escassez de recursos humanos e de materiais. Praticamente, o voluntário

⁹ SANTOS, José Arquino dos. A atual situação do ensino na PMGO. Goiânia-GO. CTE. 1991. Monografia Mineo. p. 23 a 26

recebia uma farda, um fuzil e a missão de se apresentar em determinada parte do Estado, deixando a sua família, na maioria das vezes, ao deus dará; partindo para a labuta diária, que se encarregaria de ensinar-lhe alguma coisa acerca do serviço de polícia. O tempo passa, e a cada dia aumenta ainda mais a necessidade de dar ao homem a instrução mínima indispensável à prestação de um serviço à altura dos anseios da sociedade e também do nível de uma instituição já reconhecida legalmente.

O surgimento do primeiro curso regular de soldados acontece nos meados de 1940, quando foi criada a escola de formação de praças, que inicialmente recebera a denominação de Departamento de Instrução Militar (DIM). Esse acontecimento se deu por força do Decreto lei nº 3.287, de 11 de junho de 1940, sendo o seu primeiro Diretor em Comissão o Major Cícero Bueno Brandão, da Força Pública de São Paulo.

Criou-se, preliminarmente, um curso de emergência para Oficiais, com duração de 01 (um) ano, cujo objetivo era atualizar os conhecimentos profissionais dos oficiais que atingiram o oficialato mediante simples concurso. O efetivo do curso era de 15 (quinze) Oficiais, nesta época já se começava a registrar a formação dos primeiros quadros dentro da polícia militar, com Soldados, Cabos e até Sargentos. Posteriormente, o Departamento de Instrução Militar passa a receber a denominação de Departamento de Instrução (DI), e pelo Decreto lei nº 3.287/40, criam-se os Cursos de Formação de Oficiais, Sargentos e Cabos, porém, em razão da enorme carência de instrutores, nos anos de 1942 a 1945, a escola dedica-se tão somente à formação de soldados.

Os bons ventos sopram a favor, e a organização entra num período de melhores condições de pessoal e material, época em que o DI inicia uma nova fase, agora sob a direção do Maj PM Lindolfo Emiliano dos Passos, que restabelece o Curso de emergência para Oficiais e organiza o Curso Regular de Formação de Oficiais com duração de três anos; o Curso de Formação de Sargentos com duração de um ano, de Cabos, com duração de 8 meses e de 06 meses para Formação de Soldados. Mesmo já estabelecida esta organização, somente em 1952 é que irá funcionar o primeiro Curso de Formação de Oficiais. No período compreendido entre 1955 e 1965, os Oficiais da Corporação passaram a ser formados por outras polícias, cabendo ao Departamento de Instrução apenas formar e aperfeiçoar graduados, bem como a Formação de Soldados. Em 1966 o Departamento de Instrução reativou o funcionamento do Curso de Formação de Oficiais, com três anos e o ano de 1968 marcou o início do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais.

1.7. Resumo Histórico APM

Pelo Decreto de n.º 145, de 11 de junho do ano de 1971, o Departamento de Instrução passa a denominar-se Centro de Formação e Aperfeiçoamento (CFA). Pelo parecer n.º 93, de 09 de março de 1989, do Conselho Federal de Educação, o CFO foi equiparado aos demais cursos da esfera civil, de 3º grau, em razão de que, o Centro de Formação e Aperfeiçoamento passa a denominar-se Academia de Polícia Militar, pelo Decreto n.º 2.593, de 15 de maio de 1985. Até os idos de 87, a Academia de Polícia Militar (APM) acumulou a Formação de Oficiais e Sargentos, e os demais Cursos da Corporação (CFC e CFSd) foram distribuídos para as outras Unidades.

No ano de 1989, tem início na APM o primeiro Curso de Formação de Oficiais com Bacharelado em Direito, fruto de um convênio firmado entre a PMGO e a Faculdade Anhangüera, o curso com duração de 04 anos, e a conclusão do Curso de Direito é condição indispensável à declaração do aspirantado. Inicia-se em 1990 o CFO especial com duração de 02 anos para os alunos já bacharéis em Direito e aos concludentes nos dois anos em que este permanece em formação na APM. Experiência abandonada em razão do excesso de claros nos quadros de oficiais subalternos, e da urgência em preenchê-los, demanda que não seria atendida porque as matrículas no CFO de candidatos aprovados no vestibular de Direito e de graduados ocorria em número insuficiente.

Em 1986, numa tentativa de desafogar a APM, que possuía no seu corpo discente um efetivo gigantesco, e com insuficiência de instalações, e também numa tentativa de forçar o nascimento do tão necessário e tão sonhado Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), a Escola de Sargentos passa a funcionar nas instalações do Instituto Libertas, embora subordinado à APM, e no ano seguinte, lá permanece, porém subordinado ao 1º BPM.

Em 7 de fevereiro de 1991, pela Portaria n.º 077-PM/001/PM-1, e com o objetivo de melhorar a formação profissional das praças da Corporação, foi ativado e instalado o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), provisoriamente funcionando nas dependências da APM; em 30 de maio de 1991 deixa as dependências da APM e se instala no Quartel do 1º BPM.

Atualmente, a APM funciona com os seguintes cursos: Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO), CFO com turmas de 3º, 2º e 1º anos, Curso de Habilitação de Oficiais de Administração (CHOA) com uma turma e duas turmas do Curso de Formação de Soldados (CFSd).

CAPÍTULO II

ASPECTOS DE INFRA-ESTRUTURA PARA O FUNCIONAMENTO DO CFO COM PARTICIPAÇÃO DA UNIVERSIDADE

2.1. Recursos Humanos

Segundo Eduardo Botelho, em sua obra intitulada “A Empresa Inteligente” , as pessoas são o bem mais precioso de que dispõem as organizações para consecução de seus objetivos.

Inserido na Doutrina da Administração de Recursos Humanos, o Administrador deve valorizar as relações inter-pessoais, de modo que haja harmonia entre todos os integrantes da Empresa, o que constituirá uma soma significativa na obtenção dos objetivos propostos.

Qualquer organização só alcançará a eficiência e eficácia naquilo que se propõe se todos os seus integrantes participarem dos mesmos ideais.

A sobrevivência de uma organização está diretamente ligada à sua capacidade de adaptar-se ao ambiente em que interage, sem contudo deixar de acompanhar as mudanças ocorridas.

Dentro dessa visão, pretende-se enfocar a real situação da Polícia Militar e sua necessidade de acompanhar as transformações em curso no mundo e os reflexos que possam ocasionar tais mudanças.

Vale ressaltar a importância de orientar os novos integrantes da Corporação, sobre os verdadeiros objetivos da Polícia Militar e a partir do entendimento de que os mesmos estarão construindo a história da organização para um período de aproximadamente 30 anos. É toda uma vida profissional que será desenvolvida ao longo dos tempos, em que somente duas possibilidades se vislumbram: ele será um bom profissional ou será um mau profissional. A sua resposta dependerá, em muito, da primeira orientação que receber, sendo de justiça que essa pessoa esteja bem informada dos obstáculos que irá enfrentar, assim como, das vantagens que irá obter a fim de que possa tomar conscientemente sua decisão.

Nesse caminho pode-se afirmar que *“nenhuma organização fará mais do que lhes permitam seus recursos humanos. Seu sucesso dependerá da qualificação desses recursos e do seu grau de interesse e motivação”*.¹⁰

¹⁰ MOTA e CERVANTES. Monografia do CAO-BMRS. Apud Cap. PMRS Sérgio Boher. In 1992. p. 48

2.2. Pressupostos do Convênio UNIANA - PMGO

2.2.1 - *Considerações Gerais*

A Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás tem por finalidade a formação profissional para o exercício do Oficialato da Polícia Militar de 2º Tenente a Capitão, por força de dispositivo legal.

A legislação básica das Polícias Militares que dá respaldo jurídico às missões, valores e características de nossa profissão, emana dos moldes confeccionados pela Inspetoria Geral das Polícias Militares – IGPM, órgão estruturalmente ligado ao Estado Maior do Exército Brasileiro, com competência prevista nas disposições contidas no Decreto-lei n.º 667/69, regulamentado pelo Decreto n.º 66.862/70, e demais Decretos que se seguiram, e principalmente pelo Decreto n.º 88.777, de 30/09/1993, que aprovou o Regulamento para as Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares (R 200).

Consta no artigo 9º do Decreto n.º 667/69, que “o ingresso no quadro de Oficiais será feito por intermédio de Cursos de Formação de Oficiais da própria Polícia Militar ou de outro Estado.” Assim, têm sido expedidas as Normas e Diretrizes sobre organização, efetivo, ensino, instrução, material, disciplina etc. Portanto, as Corporações Policiais Militares nasceram e evoluíram sob a égide militar de **hierarquia e disciplina**, o que as incluem no elenco das forças disponíveis para a defesa interna, defesa territorial e até mesmo de atuação no campo de operações.

A dependência da PM ao Exército Brasileiro e a seus moldes educacionais, conduzem ao entendimento ambíguo de que devido ao objeto geral da ação militar ser “o inimigo”, que o cidadão comum também o seria, portanto, sem direitos e garantias individuais, nem mesmo a vida. O policial militar tem que ser capacitado profissionalmente para saber agir na abordagem e tratamento com o cidadão, sem ignorar jamais que sua integridade física e moral há de ser respeitada; caso contrário, a ação policial irá se degenerar em conflito, arbitrariedade e violência com sérios danos à ordem pública e desgastes da corporação.

*Enfim, o militar das forças armadas é treinado para o **combate**, enquanto o policial militar para a **preservação da ordem pública** em defesa da cidadania. Tem-se então que fazer a devida distinção e, buscar na cumplicidade da primeira, somente fatores valiosos, como por exemplo os princípios organizacionais, enquanto na segunda, é fundamental que o ensino aplicado hoje seja bem mais direcionado para uma visão humanista, possibilitando ao policial militar uma postura bem mais identificada com o verdadeiro caráter do profissional da área de Segurança Pública, o que é um grande anseio da sociedade.¹¹*

No que concerne a algumas especificações peculiares ao ensino ministrado na PM no decorrer de nossa evolução histórica, observa-se uma imensa barreira ideológica que a acompanha mais de perto durante os primórdios da formação policial militar.

Reconhecendo a existência de pontos positivos na administração militar e evidenciando a importância de suas vantagens, as Polícias Militares devem continuar sendo estruturadas com base nos princípios da hierarquia e da disciplina. Estes pilares da administração militar, no entanto, não se impõem

¹¹ Revista Força Policial. São Paulo: nº 04, Out./Dez. 1994, p. 23

como panacéia. Urge incrementar currículos voltados principalmente para o ensino profissionalizante, reavaliando conteúdos, adicionando outros e otimizando condutas pedagógicas, de forma a viabilizar o efetivo aprimoramento técnico dos recursos humanos. Assim, a Instituição alcançará um melhor preparo para desempenhar seu papel junto à comunidade, planejando com bases científicas suas ações.

Consta que as Instituições Militares, Policiais ou afins, além do clero, são quase as únicas a formarem seus componentes intra-organizações. É uma situação diferenciada do senso-comum organizacional que capta, para composição dos seus quadros profissionais já devidamente qualificados, principalmente os de nível técnico-operacional.

Inclui-se, no processo argumentativo deste trabalho, a idéia do aproveitamento de recursos humanos, materiais, financeiros e gerenciais da Polícia Militar de Goiás e da Universidade Estadual de Anápolis (UNIANA), com vistas à formação de profissionais adequadamente qualificados ao desempenho de tarefas afetas aos oficiais da Polícia Militar. Pelo pressuposto que o serviço policial militar tem seu direcionamento voltado para a comunidade, a formação do oficial nos moldes pretendidos facilitará o condicionamento de características que o habilitem a interagir com esta, requisito inerente à própria natureza do serviço. Não que isso signifique mudar por mudar, mas como prova de atenção e cuidado com os imperativos apelos dos novos tempos que se instalam nesta transição de século. As sociedades evoluem e com elas as variações

comportamentais também; portanto é preciso estabelecer o devido sincronismo com o ritmo dessas mudanças.

Esta parceria será oportuna pelo fato de ser a Universidade ponto de cruzamento dos movimentos sociais e de cultura, agente necessário ao desenvolvimento. Razão por que se acha integrada no sistema de forças do qual o Estado deve ser o fator de equilíbrio e de direção: sua reforma afeta o poder público na medida em que se inclui na ordem dos interesses coletivos e do bem comum em geral.

A natureza da Universidade é de um “ser-para” a comunidade humana. Trata-se de uma realidade relacional. Ignorar este dado significativo da instituição universitária, seria negar-lhe qualquer razão de existir. Ela existe por causa da comunidade humana, para a comunidade humana e pela comunidade humana.¹²

A formação superior do Oficial PM, desenvolvida em ambiente próprio (na caserna) distante da ambiência universitária, onde se graduam os Bacharéis, tem sido um grande entrave à aceitação plena, pública e notoriamente reconhecida, do Oficial PM como homem de visão acadêmica. Fato que estabelece um certo descompasso entre profissionais igualmente graduados, mas não igualmente reconhecidos e mantêm um isolamento crescente entre Academias PM e Universidades.

O estabelecimento desse intercâmbio (PM/Universidade) pode ser

¹² MOTA e CERVANTES, ob. cit., Monografia do CAO-BMRS. Cap. PMRS Sérgio Boher. 1992. p.48

entendido fundamentalmente como uma atitude de abertura da Polícia Militar para a comunidade universitária, pois o que se busca é tê-la como respeitável fonte de conhecimento, no intuito de a PM realimentar-se constantemente para suas atividades de ensino, de modo a sempre mais conhecê-la e poder, com ela, estudar os problemas de Segurança Pública, levantando as melhores soluções.

O cadete que se prepara para o exercício da profissão policial militar no universo restrito à sala-de-aula da Academia, ao ser declarado aspirante, sobraçando um diploma e ostentando uma estrela nos ombros, fruto de três anos de estudos e sacrifícios, logo toma consciência de que o mundo para o qual a Academia o preparou parece-lhe estranho e hostil. O mundo mostrado entre as quatro paredes da Academia assume contornos teóricos e irreais, haja vista que a oportunidade que ele teve de interagir com a comunidade foi mínima. O espírito de iniciativa foi pouco estimulado, e não foi dada a ele a oportunidade de evitar a “inibição profissional” nos primeiros contatos nas ações com a comunidade. Isto seria apenas ficção, se o convívio com a comunidade na condição de profissional de Segurança Pública começasse mais cedo possível de preferência na condição de discente.

É evidente que no contexto social o conhecimento da realidade começa pela análise de aspectos culturais e sociológicos da comunidade, posto que se constitui um ponto de partida para o profissional que irá atuar no campo da Segurança Pública. A Academia de Polícia Militar, como formadora de recursos humanos para atuar junto à comunidade, estará sensível a esse particular,

balizando o ensino nessa máxima; daí a procura da parceria com a Universidade.

A Polícia Militar de Goiás tem se empenhado na busca de soluções para os problemas de Segurança Pública, combatendo diuturnamente a violência e a criminalidade. Várias ações têm sido desenvolvidas nesse sentido, e outras tantas têm sido deixadas de serem empreendidas por falta de investimentos do Governo nesta área.

Existe um sentimento no seio da Corporação de fazer da comunidade uma partícipe da Segurança Pública, procurando desse modo ouvir críticas e sugestões que subsidiem a qualificação de seu elemento humano.

2.2.2 - ***Metodologia de Atuação***

A formação de Oficial de Carreira constitui o verdadeiro suporte de qualquer instituição militar, principalmente nos aspectos relativos à intelectualidade, disciplina e adestramento da tropa.

O projeto de implantação do Curso Superior em Segurança Pública, (atual Curso de Formação de Oficiais) da PMGO em convênio com a Universidade Estadual de Anápolis – UNIANA, traz os seguintes objetivos: Formar Oficiais Policiais Militares do posto de 2º Tenente até o de Capitão, com atribuições de administração, comando, chefia e liderança sobre integrantes da PM; preparar para a incumbência de instruir a tropa, transmitir ordens e controlar

peçoal, além de habilitar para a tarefa de lidar com a comunidade, rotina da vida policial militar.

Esses profissionais deverão ter a noção exata das missões a cumprir e de que devem resultar em benefícios à ordem e à segurança públicas, bem como, ter a capacidade de emitir aos comandados a extensão da tarefa, infundido-lhes otimismo e fornecendo-lhes a devida orientação funcional.

Para a concepção dos objetivos propostos no presente trabalho, isto é, a Implantação do Curso Superior em Segurança Pública em Convênio com a UNIANA, as instituições Polícia Militar do Estado de Goiás e Universidade Estadual de Anápolis assinarão um Termo de Cooperação Técnico-Científico, onde estarão colocadas, de forma clara, as responsabilidades inerentes a cada uma das partes.

2.2.3 - Aspectos Jurídicos e Institucionais do Curso

O Curso Superior em Segurança Pública (CSSP), em convênio com a Universidade Estadual de Anápolis, será criado mediante Decreto do Governo do Estado de Goiás, cuja autorização para funcionamento estará a cargo do Conselho de Educação de Goiás.

2.2.4 - Níveis de Responsabilidades das Instituições

Para a consecução dos objetivos anteriormente propostos, ficam definidos os seguintes níveis de obrigações:

- Obrigações de Ordem Geral:
 - a) elaborar em conjunto-APM (representando a PMGO) e UNIANA - um projeto de apoio à Formação de Oficiais PM;
 - b) elaborar em conjunto-APM e UNIANA - um Convênio de mútua cooperação entre as instituições envolvidas, de apoio jurídico-institucional à execução do projeto;
 - c) implantar o projeto, criando-se em cada instituição conveniente, uma coordenação que, trabalhando em harmonia, deverá acompanhar e avaliar a plena execução do Curso de Oficiais PM.

- Obrigações de ordem específica:

UNIANA:

- a. proceder a inscrição e seleção dos candidatos ao Curso Superior em Segurança Pública, por meio de Concurso Vestibular e administrar a realização do Curso, conforme as normas pertinentes;
- b. encaminhar a lista dos candidatos classificados às Instituições, no prazo máximo de 72 horas, após o resultado do exame vestibular;
- c. proceder a matrícula, por disciplina, dos candidatos classificados, após o retorno da listagem, depois dos exames complementares (psicotécnico, físico e médico) de responsabilidade da Polícia Militar;
- d. efetuar o pagamento de professores contratados para ministrar disciplinas não constantes da grade curricular dos Cursos de Apoio (Administração e Engenharia) e/ou disciplinas que embora

constantes da grade, não haja disponibilidade de carga horária para o professor titular das mesmas e ainda as despesas com instrutores para as disciplinas profissionais, isto é, aquelas que serão ministradas pela PMGO e de sua responsabilidade.

- e. custear as despesas globais do Curso, conforme orçamento (quadro de custo) do Projeto;
- f. oferecer apoio logístico em termos de equipamentos e pessoal técnico-administrativo para assistência aos professores durante as atividades escolares, realizadas no Campus da UNIANA.
- g. designar professores qualificados para as disciplinas fundamentais;
- h. colocar à disposição do Curso, espaço físico, em seus próprios, para a ministração das disciplinas fundamentais;
- i. fornecer histórico escolar, relativo às disciplinas fundamentais, que expresse a vida escolar do aluno;
- j. admitir a matrícula, em seus cursos regulares, aproveitando os créditos adquiridos dos alunos que tenham concluído o Curso Superior em Segurança Pública, desde que existam vagas;
- k. coordenar as atividades docentes realizadas pelos professores indicados para atendimento às disciplinas fundamentais;
- l. fornecer (emitir) diploma quando da conclusão do Curso (CSSP).

PMGO

- a. proceder os exames complementares dos candidatos classificados no Concurso Vestibular;

- b. encaminhar à UNIANA, a listagem final dos alunos selecionados para efeito de matrículas nas disciplinas fundamentais;
- c. matricular os alunos selecionados no Curso Superior em Segurança Pública;
- d. programar a utilização de instrutores dos seus quadros ou de outras Corporações, fora do Estado, para cada período, encaminhando a relação à UNIANA, para efeito de empenho das despesas decorrentes dos serviços prestados pelos instrutores;
- e. nomear o gestor do Projeto para administrar os recursos provenientes do Convênio, bem como, para planejar o emprego e a locação para os anos subseqüentes;
- f. oferecer apoio logístico em termos de equipamentos e pessoal administrativo para assistência aos instrutores dos quadros PM ou proveniente de outras Instituições Militares ou não;
- g. designar instrutores qualificados para as disciplinas profissionais;
- h. declarar Aspirante a Oficial da PMGO os alunos concludentes do Curso (CSSP).

2.2.5 - Instalações Físicas

Serão utilizadas as instalações da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás, onde atualmente funciona o Curso de Formação de Oficiais, além das dependências pertencentes à Universidade Estadual de Anápolis – UNIANA, no seu Campus Universitário.

2.2.6 - **Pessoal**

- a) Comando e Administração da APM – compostos por oficiais e praças ligados às atividades administrativas;
- b) Corpo Docente da APM – composto por oficiais instrutores e professores que, embora não pertencendo aos quadros da Academia, sejam por ela indicados com atribuições específicas de ensino e instrução;
- c) Corpo Docente da UNIANA – composto prioritariamente por professores pertencentes ao seu quadro e lotados nos seus diversos departamentos. A universidade se responsabiliza pela contratação de outros professores, não pertencentes ao seu quadro, para lecionarem as disciplinas constantes da grade curricular do CFO.

2.2.7 - **Dotação Orçamentária**

Por pertencerem as instituições convenientes ao contexto global da administração direta, os recursos serão carregados via UNIANA e PMGO, como unidades orçamentárias distintas.

A previsão orçamentária será precedida de uma avaliação minuciosa da necessidade de recursos materiais e financeiros, incluindo nas necessidades os equipamentos indispensáveis ao funcionamento do curso.

2.2.8 - **Funcionamento do Curso**

O horário de funcionamento será, em princípio, de um turno (matutino) na APM, onde os alunos assistirão às aulas das disciplinas de caráter profissional, e de um turno (vespertino) na UNIANA, onde serão ministradas as disciplinas fundamentais, podendo as convenientes acordarem de forma diferente.

O currículo pleno do Curso Superior em Segurança Pública (CSSP), (atual Curso de Formação de Oficiais PM), que deverá ser elaborado em conjunto pelas instituições convenientes, levando-se em conta a qualificação do policial a partir das aspirações da comunidade, compreenderá de disciplinas nas áreas fundamental e profissional.

Entende-se por disciplinas fundamentais aquelas que visam a dar ao cadete o embasamento cultural necessário para o prosseguimento da carreira; e por disciplinas profissionais as que objetivam fornecer a esse cadete o conhecimento técnico¹³ necessário para sua atuação até ser promovido ao posto de capitão.

A carga horária do curso será integralizada em três anos, divididos em seis períodos.

O curso será ministrado em regime acadêmico flexível, mais conhecido como sistema de créditos, o que facilitará o aproveitamento desses créditos em outros cursos, caso o oficial deseje freqüentar.

¹³ CASSIMIRO, Maria do Rosário et alii. op. cit.. p..26

A avaliação do rendimento acadêmico para os alunos do CSSP será disciplinada em regimento específico do curso. A mesma deverá ser conduzida como algo vital para as instituições e efetivadas dentro de critérios técnicos, objetivos e científicos, abrangendo, inclusive, o desempenho do aluno ao associar o conhecimento teórico à prática.

Responsabilidade, organização, criatividade, entre outras, devem ter grande valoração no processo avaliativo e, principalmente a capacidade de decisão.

CAPÍTULO III

PESQUISA DE CAMPO

3.1. Apresentação da Pesquisa

Para pesquisar o tema “A Formação do Oficial QOPM em parceria com a Universidade”, foram elaborados 05 (cinco) questionários contendo perguntas objetivas e subjetivas de modelos diferentes (conforme apêndice de 1 a 5) e ainda entrevistas de Oficiais da Polícia Militar do Estado de Goiás e Polícia Militar do Estado do Maranhão que exercem funções ligadas à área de Ensino e Formação.

Foram escolhidos para o grupo de pesquisa, integrantes da Polícia Militar dos Estados de Goiás e Maranhão, Oficiais, Cadetes e Professores, sendo que a finalidade e objetivos da pesquisa foram explicados, quando de sua realização.

3.2. Análise e Interpretação dos Questionários

3.2.1 - Resultados obtidos na pesquisa de campo realizada com os Cadetes do 3º ano/CFO PMMA e PMGO.

Tabela 1 - Qual a sua opinião a respeito da participação da Universidade na Formação dos Oficiais da Polícia Militar

GRAUS	CAD 3º ANO PMGO		CAD 3º ANO PMMA	
	F	%	F	%
1. Altíssima Importância	14	64,0	30	75,0
2. Grande Importância	08	36,0	10	25,0
3. Alguma Importância	-	-	-	-
4. Mais ou menos Importante	-	-	-	-
5. Nenhuma Importância	-	-	-	-
TOTAL	22	100,0	40	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo dos Autores, Goiânia-GO, São Luís-MA, 1998

A análise das respostas obtidas nos leva a constatação de que a participação na Formação dos Oficiais da Polícia Militar é de “**altíssima importância**” para a comunidade discente da PMGO e da PMMA. O índice obtido conforme nos mostra a tabela 1 é de 64% (PMGO) e 75% (PMMA).

Tabela 2 - Enquanto Aluno Oficial, você já participou de debates, palestras, seminários etc, juntamente com a comunidade universitária, sobre temas relacionados com segurança pública

GRAUS	CAD 3º ANO PMGO		CAD 3º ANO PMMA	
	F	%	F	%
1. Sim, muitas vezes	-	-	-	-
2. Sim, algumas vezes	01	5,0	40	100,0
3. Sim, uma vez	-	-	-	-
4. Não, mas gostaria	21	95,0	-	-
5. Não gostaria	-	-	-	-
TOTAL	22	100,0	40	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo dos Autores, Goiânia-GO, São Luís-MA, 1998

Como podemos observar, pelo resultado obtido, 95% dos cadetes da PMGO “**gostariam de participar**” de debates, palestras e seminários juntamente com a comunidade universitária, sobre o tema relacionado com a Segurança Pública. Enquanto 100% dos Cadetes da PMMA “**já participaram**” de tais

debates, ou seja, os cadetes da PMGO, na sua grande maioria gostariam de vivenciar essa experiência.

Tabela 3 - Você prefere o Curso de Formação de Oficiais realizado nas Academias ou em convênio com a Universidade

GRAUS	CAD 3º ANO PMGO		CAD 3º ANO PMMA	
	F	%	F	%
1. Continua modelo tradicional - APM	02	10,0	02	5,0
2. Em convênio com a Universidade	20	90,0	38	95,0
3. Outros	-	-	-	-
TOTAL	22	100,0	40	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo dos Autores, Goiânia-GO, São Luís-MA, 1998

Outra constatação observada sobre a preferência do modelo de formação em parceria com a Universidade nos mostra que 95% dos cadetes da PMMA “**são favoráveis**”, enquanto que 90% dos cadetes da PMGO “**gostariam de participar**” de tal experiência.

Tabela 4 - Qual sua opinião a respeito de sua Formação Profissional, levando-se em consideração o mais estreito convívio com a comunidade universitária

GRAUS	CAD 3º ANO PMGO		CAD 3º ANO PMMA	
	F	%	F	%
1. Elevação do nível	13	59,0	30	75,0
2. Ampliação do universo	07	32,0	08	20,0
3. Não opinaram	02	09,0	02	05,0
TOTAL	22	100,0	40	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo dos Autores, Goiânia-GO, São Luís-MA, 1998

O conteúdo da análise demonstra que 59% dos Cadetes da PMGO, bem como, 75% dos cadetes da PMMA acham que havendo “**maior convívio**” com a comunidade universitária, com certeza haveria uma “**elevação do nível**” intelectual e profissional dos Oficiais da PM.

Tabela 5 - Enumere o que você acha mais importante no intercâmbio Polícia Militar/Universidade

GRAUS	CAD 3º ANO PMGO		CAD 3º ANO PMMA	
	F	%	F	%
1. Maior interação entre a PM e comunidade	14	64,0	28	70,0
2. Ampliação dos horizontes Do Oficial PM	06	27,0	10	25,0
3. Não responderam	02	09,0	02	05,0
TOTAL	22	100,0	40	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo dos Autores, Goiânia-GO, São Luís-MA, 1998

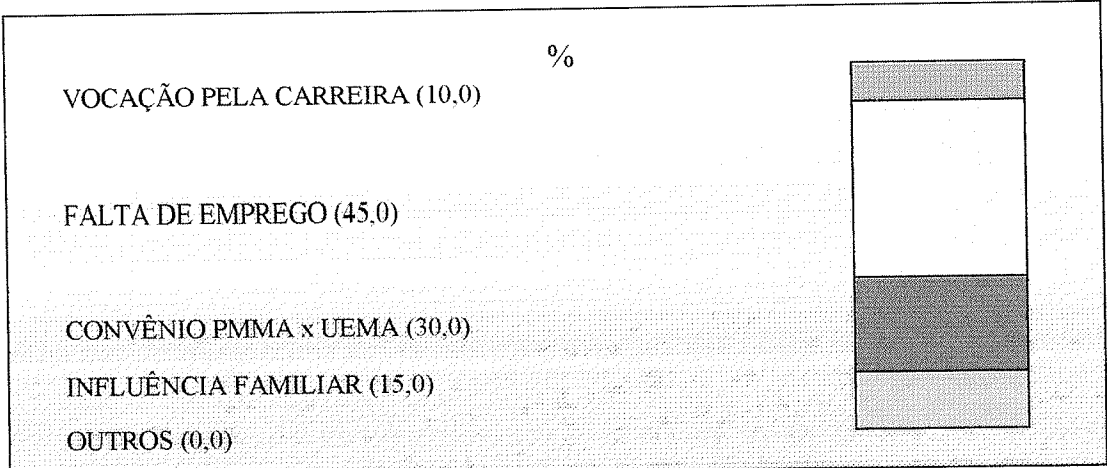
O conteúdo da análise demonstra que 64% dos Cadetes da PMGO e 70% dos Cadetes da PMMA entendem que o mais importante no intercâmbio Polícia Militar/Universidade reside numa “**maior interação**” entre a PM e a comunidade. Verifica-se também que 27% dos Cadetes da PMGO e 25% dos Cadetes da PMMA consideram como fator de importância à significativa “**ampliação dos horizontes**” do Oficial PM.

3.3. Pesquisa efetuada entre os Oficiais formados na APM/MA, convênio (PMMA x UEMA)

A pesquisa envolveu 20 (vinte) 2º Ten formados na APM/MA, sendo escolhidos por terem integrado a primeira turma a qual teve a sua formação observando este novo modelo, por meio do Convênio PMMA/UEMA.

GRÁFICO 1

A OPÇÃO PELO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS

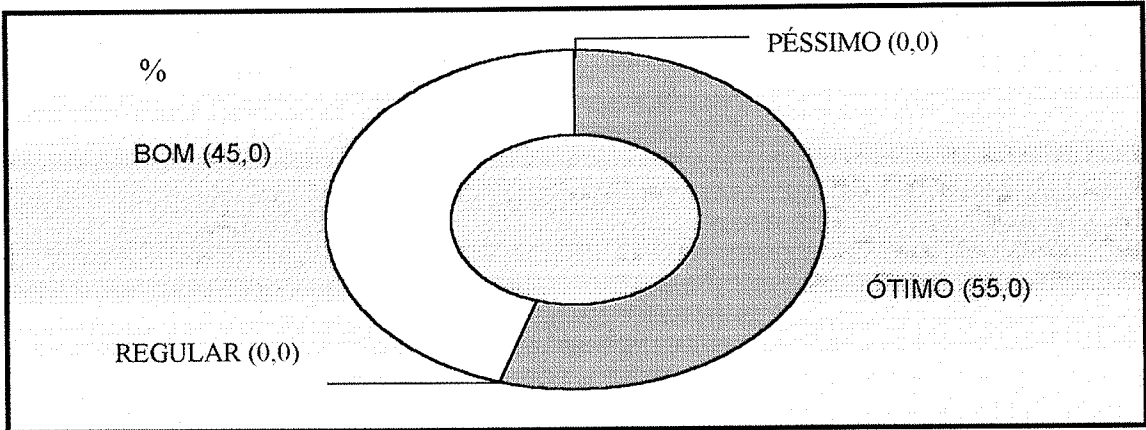


Fonte: Pesquisa de Campo dos Autores, São Luís-MA, 1998

Dentre o público pesquisado 45%, fizeram opção pelo CFO devido a “**Falta de Emprego**”. Outros 30% optaram devido o “**Convênio PMMA x UEMA**”. “**A influência familiar**” foi opção de 15%, enquanto que 10% optou por sentirem “**vocação pela carreira**”.

GRÁFICO 2

RELACIONAMENTO COM OS COMPANHEIROS DE TURMA

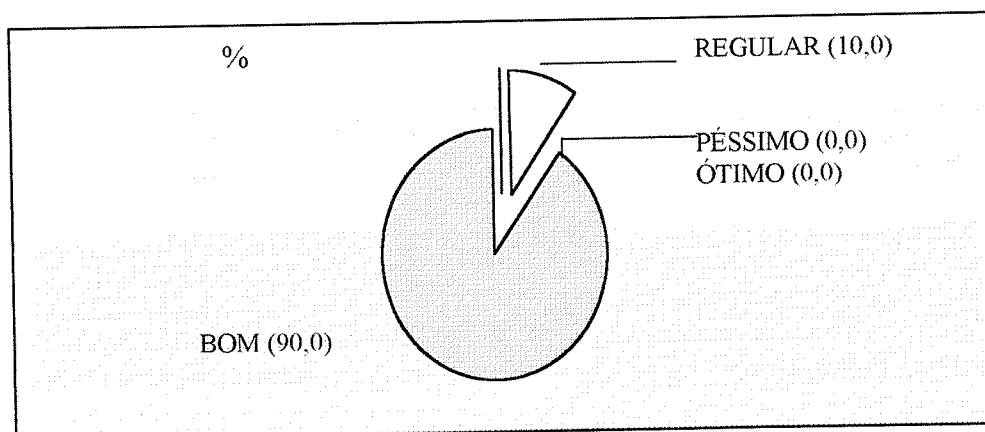


Fonte: Pesquisa de Campo dos Autores, São Luís-MA, 1998

Segundo os dados obtidos 55% dos Oficiais envolvidos na pesquisa, afirmaram que tiveram um “**Otimo**” relacionamento, enquanto que 45% consideraram “**Bom**”. As opções “**Regular**” e “**Péssimo**” não apresentaram dados numéricos.

GRÁFICO 3

RELACIONAMENTO COM OFICIAIS E PRAÇAS NA APM

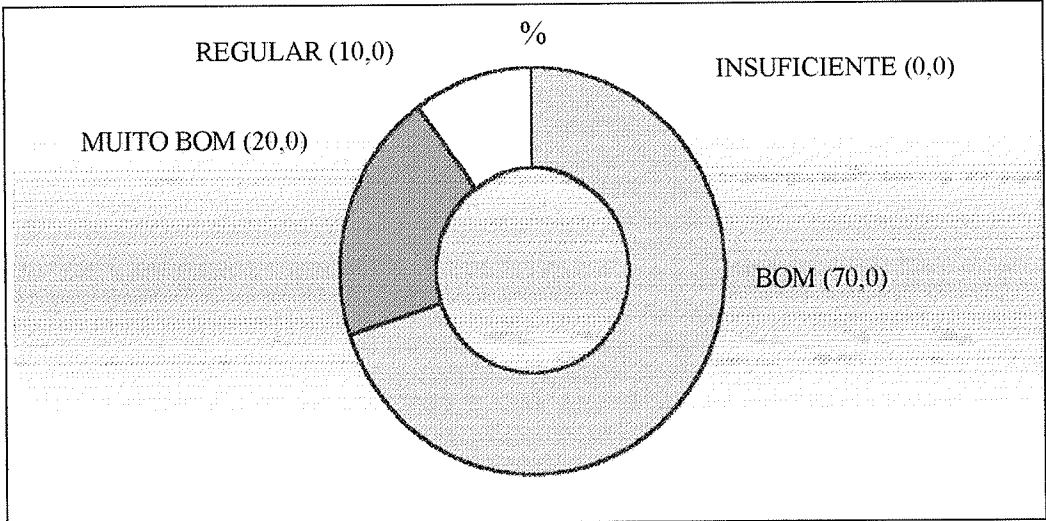


Fonte: Pesquisa de Campo dos Autores, São Luís-MA, 1998

A pesquisa revelou que 90% dos Oficiais tiveram “**Bom**” relacionamento com os Oficiais e praças da APM, enquanto 10%, afirmaram ter um relacionamento “**Regular**”. As opções “**Ótimo e Péssimo**” não apresentaram dados numéricos.

GRÁFICO 4

RENDIMENTO DAS DISCIPLINAS PROFISSIONAIS

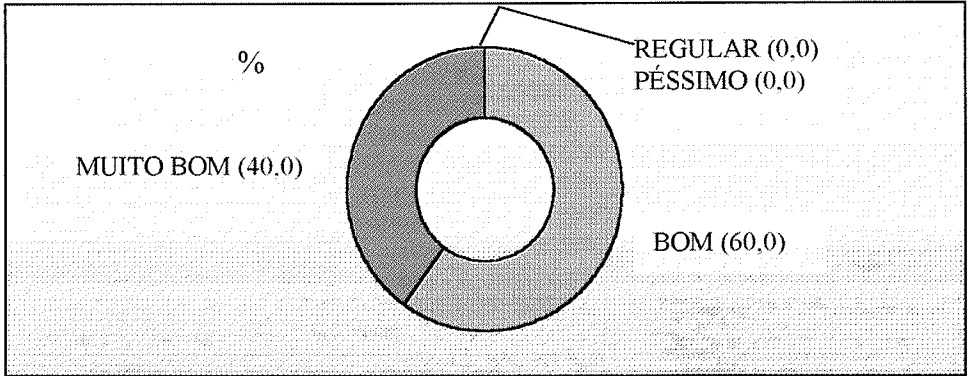


Fonte: Pesquisa de Campo dos Autores, São Luís-MA, 1998

Verificou-se que 70% dos Oficiais tiveram “**Bom**”, rendimento nas disciplinas profissionais, já 20% tiveram rendimento “**Muito Bom**” e 10% alcançaram um rendimento apenas “**Regular**”, “**Insuficiente**” não obteve registro. Baseado nestes dados verifica-se que o novo modelo não interfere no desempenho dos Cadetes quanto ao seu rendimento nas disciplinas profissionais.

GRÁFICO 5

RENDIMENTO DAS DISCIPLINAS FUNDAMENTAIS

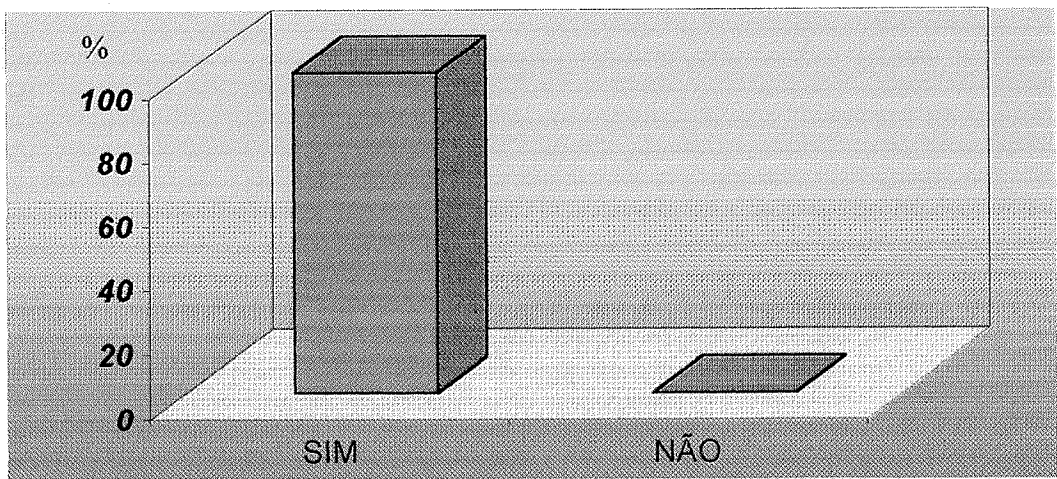


Fonte: Pesquisa de Campo dos Autores, São Luís-MA, 1998

Observou-se que 60% dos Oficiais tiveram desempenho “**Bom**” nas disciplinas fundamentais, enquanto 40% responderam que o seu desempenho foi “**Muito Bom**”. As opções “**Regular e Péssimo**”, não apresentaram registro.

GRÁFICO 6

FAVORÁVEIS À FORMAÇÃO DE OFICIAIS (PMMA x UEMA)

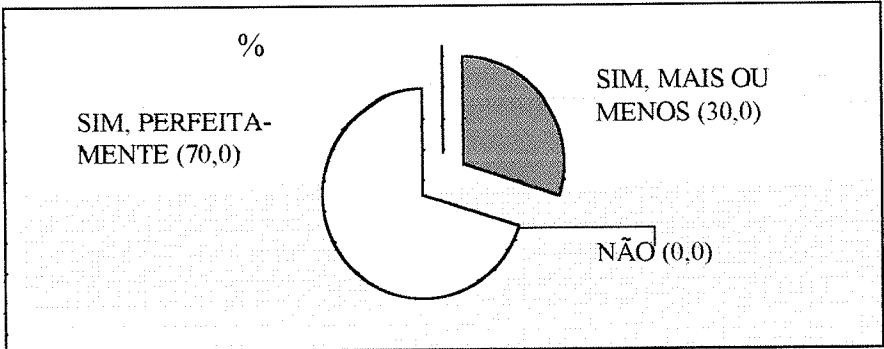


Fonte: Pesquisa de Campo dos Autores, São Luís-MA, 1998

Segundo os dados da pesquisa, na opinião dos Oficiais formados na APM/MA, 100% responderam “**Sim**”, favoráveis à continuação da Formação dos Oficiais seguindo esse novo modelo implantado. Registra-se que os Oficiais, quando Cadetes, tiveram oportunidade de conhecer outras Academias de Polícia Militar, e verificaram in loco todo seu funcionamento.

GRÁFICO 7

O APRENDIZADO NO CFO, LHE OFERECE CONDIÇÕES PARA O DESEMPENHO DA SUA PROFISSÃO

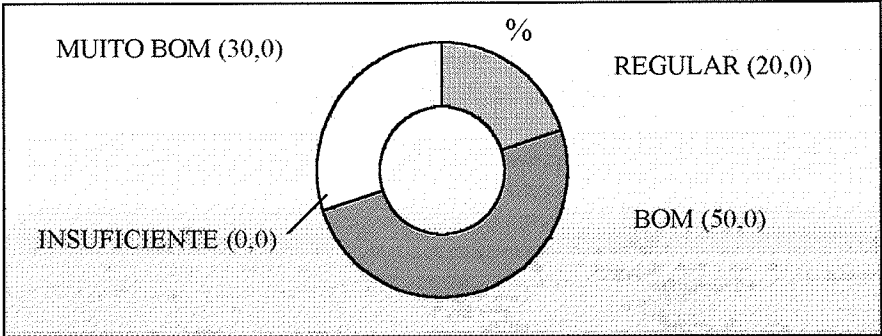


Fonte: Pesquisa de Campo dos Autores, São Luís-MA, 1998

Verificou-se que 70% dos Oficiais, alvo da pesquisa, consideram que com aprendizado do CFO sentem-se “**perfeitamente**” capacitados profissionalmente para desempenhar as tarefas atribuídas ao Oficial subalterno ou intermediário, enquanto que 30% consideram-se apenas “**parcialmente**” preparados.

GRÁFICO 8

RELACIONAMENTO DOS CADETES COM ALUNOS DA UEMA

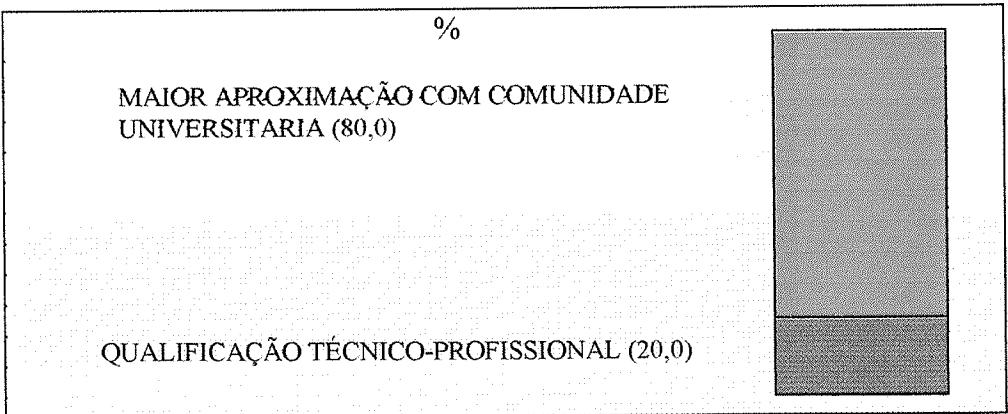


Fonte: Pesquisa de Campo dos Autores, São Luís-MA, 1998

Conforme o gráfico, 50% dos Oficiais consideram o relacionamento com os demais alunos da UEMA “**Bom**”, 30% consideram “**Muito Bom**”, e 20% consideram “**Regular**”; o item insuficiente não obteve nenhum registro. Diante destes dados o que pode-se constatar é uma boa aceitação do CFO pela comunidade universitária.

GRÁFICO 9

OPINIÃO SOBRE O CFO, ASPECTOS POSITIVOS

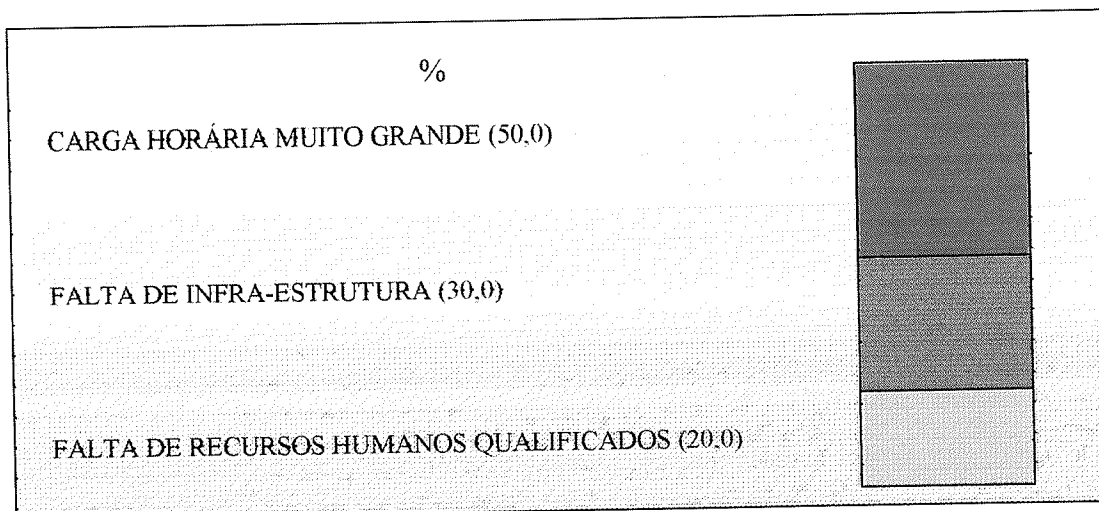


Fonte: Pesquisa de Campo dos Autores, São Luís-MA, 1998

Conforme o gráfico, podemos observar no que concerne ao “Aspecto Positivo”, um percentual de 80% opinaram pela “**maior interação com a comunidade universitária**”, enquanto que, 20% acreditam que um fator importante foi “**Qualificação Técnico-Profissional**”.

GRÁFICO 10

OPINIÃO SOBRE O CFO, ASPECTOS NEGATIVOS



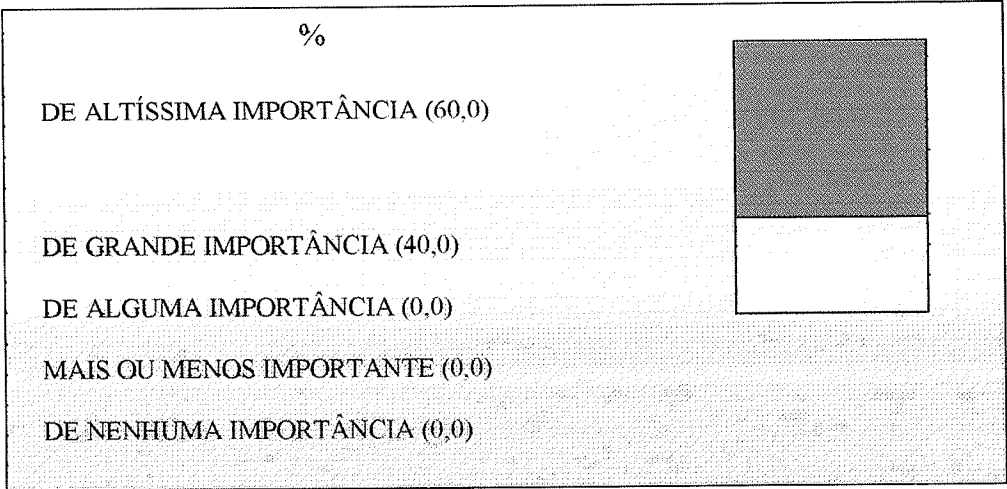
Fonte: Pesquisa de Campo dos Autores, São Luís-MA, 1998

De acordo com os dados contidos no gráfico, nos “Aspectos Negativos” verificou-se que: 50% do público pesquisado aponta a “**carga horária excessiva**”, como sendo a grande dificultadora na assimilação dos conteúdos; 30% identificam a “**falta de infra-estrutura**” adequada do CFO, principalmente na APM/MA. Já 20% consideram a “**falta de recursos humanos qualificados**”, como sendo também um aspecto negativo.

3.4. Pesquisa realizada junto aos Comandantes de Unidades Operacionais da PMMA, onde se encontram servindo Oficiais formados na APM/MA dentro desse novo modelo (convênio PMMA x UEMA)

GRÁFICO 11

A ATUAL FORMAÇÃO DOS OFICIAIS DA PMMA

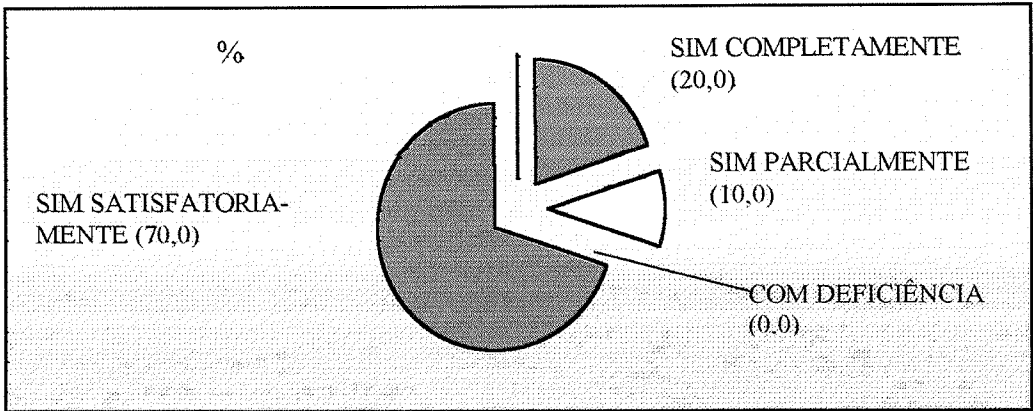


Fonte: Pesquisa de Campo dos Autores, São Luís-MA, 1998

Verificando o resultado obtido, podemos constatar que os Oficiais Comandantes de Unidades Operacionais, objeto da pesquisa, 60% responderam que a atual Formação dos Oficiais da PMMA em convênio com a universidade é de altíssima importância para a corporação, enquanto que 40% responderam ser de grande importância. Os itens de “alguma importância”, “mais ou menos importante” e de “nenhuma importância” não obtiveram registros.

GRÁFICO 12

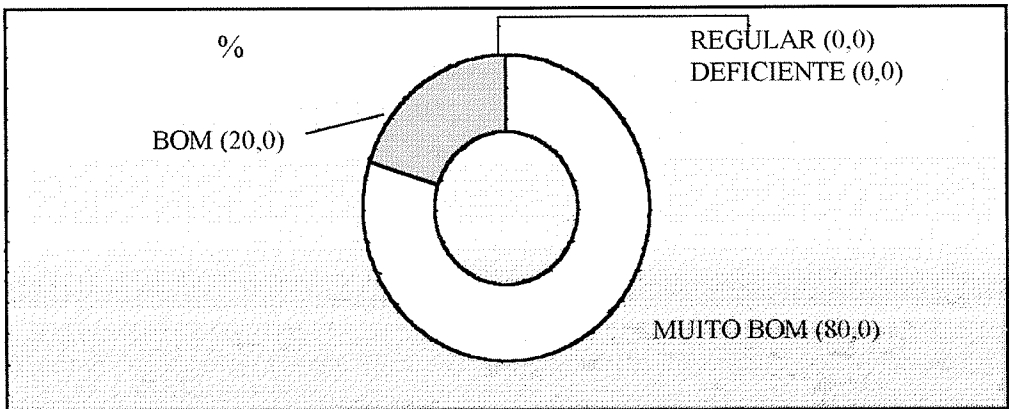
PERFORMANCE PROFISSIONAL DOS NOVOS OFICIAIS DA PMMA



Fonte: Pesquisa de Campo dos Autores, São Luís-MA, 1998

A pesquisa realizada demonstrou que 70% dos Oficiais em questão têm cumprido “**satisfatoriamente**” as missões que lhes são atribuídas, a contento, 20% tem cumprido “**completamente**”, enquanto que 10% apenas “**parcialmente**”. O item “**com deficiência**” não apresentou resultado numérico.

GRÁFICO 13
RELACIONAMENTO DOS OFICIAIS FORMADOS NA APM/MA COM OS SEUS SUPERIORES



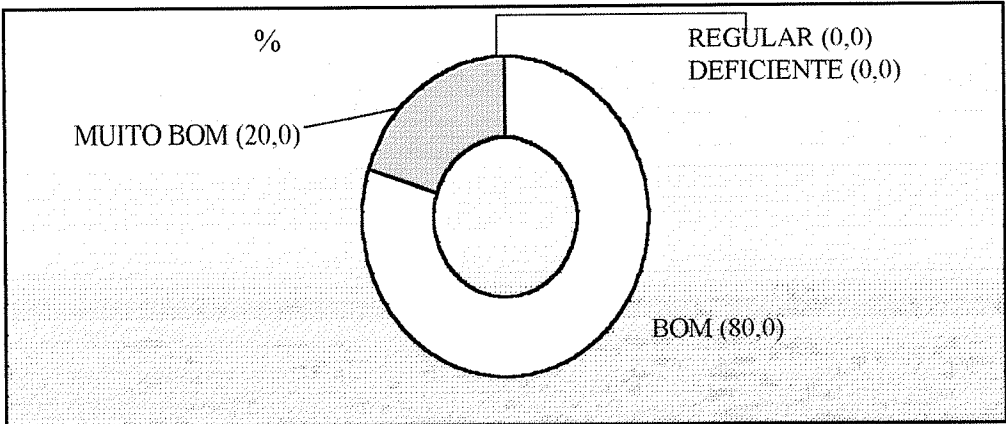
Fonte: Pesquisa de Campo dos Autores, São Luís-MA, 1998

Constatou-se, conforme gráfico, que 80% do público pesquisado confirmaram ser o relacionamento “**muito bom**”, enquanto que 20%, declararam ser “**bom**” o relacionamento entre os Oficiais formados na APM/MA e seus superiores. Sendo que para os demais itens não houve registro.

Estes dados confirmam com os dados contidos no gráfico nº 03 do questionário aplicado aos Oficiais formados nesse novo modelo, onde 80% responderam que o seu relacionamento com os Oficiais era bom.

GRÁFICO 14

RELACIONAMENTO DOS OFICIAIS FORMADOS NA APM/MA COM OS SEUS SUBORDINADOSES

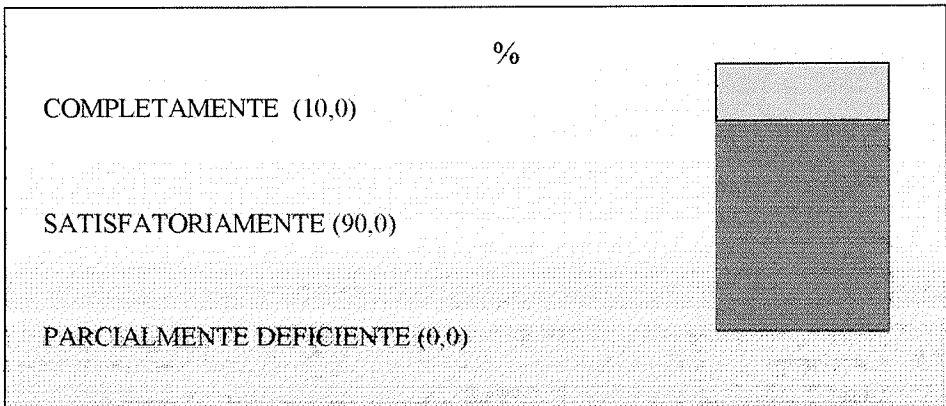


Fonte: Pesquisa de Campo dos Autores, São Luís-MA, 1998

Conforme dados obtidos a partir dos comandantes de unidades, o relacionamento dos novos oficiais com seus subordinados, apresentou um resultado 80,0% “**bom**” e 20,0% “**muito bom**”. Os demais itens não obtiveram resultado numérico.

GRÁFICO 15

DESEMPENHO DOS NOVOS OFICIAIS NO CUMPRIMENTO DAS MISSÕES EM SERVIÇOS INTERNO E EXTERNO

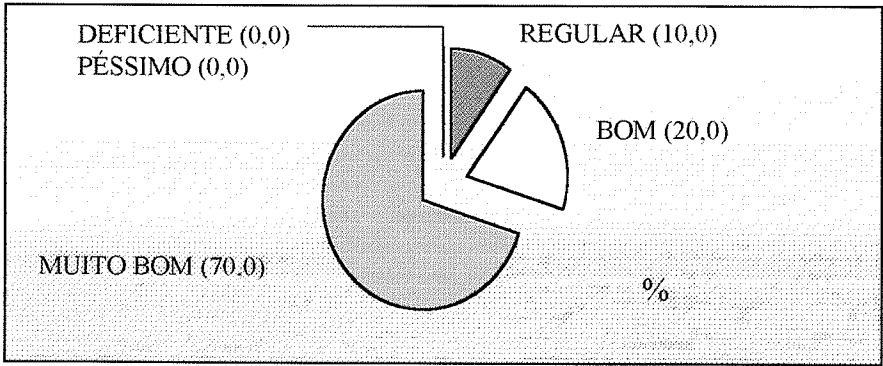


Fonte: Pesquisa de Campo dos Autores, São Luís-MA, 1998

Para os pesquisados, conforme o demonstrado no gráfico acima 90,0% responderam que as missões desempenhadas pelos Oficiais estão sendo cumpridas “**satisfatoriamente**”, enquanto que 10,0% afirmaram que os novos Oficiais estão cumprindo “**completamente**” todas as missões que lhes são atribuídas. Os demais itens não obtiveram resultados numérico. Diante destes dados, reportamo-nos aos obtidos na pesquisa aplicada aos novos Oficiais constantes do gráfico nº 07, onde 70,0% dos Oficiais em questão responderam que se sentem perfeitamente capacitados para o exercício de suas atividades com o aprendizado adquirido na APM/MA. Observou-se, então, haver realmente uma correspondência entre o pensamento destes Oficiais e de seus comandantes com relação a capacidade profissional dos mesmos.

GRÁFICO 16

O NOVO MODELO DE FORMAÇÃO DOS OFICIAIS DA APM/MA



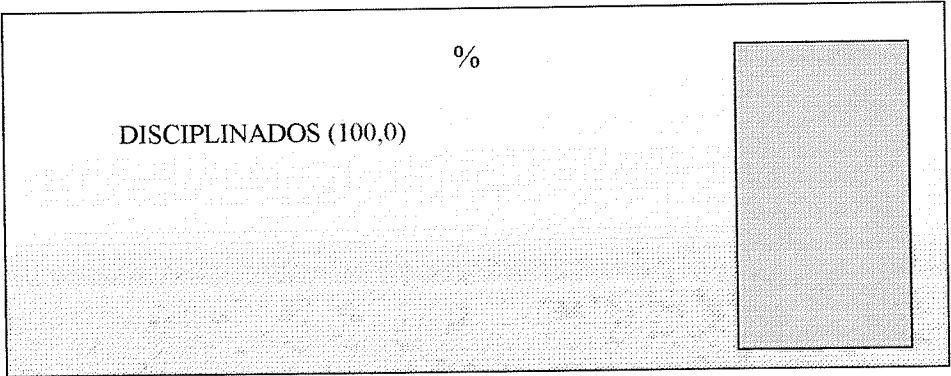
Fonte: Pesquisa de Campo dos Autores, São Luís-MA, 1998

Nas respostas obtidas pode ser observado que esse novo modelo de formação realizado através de convênio entre a Polícia Militar do Estado do Maranhão e Universidade Estadual do Maranhão , é bem aceito pelos comandantes das unidades, pois o gráfico demonstra que 70,0% declararam ser

“**muito bom**”, 20,0% optaram pelo item “**bom**”, sendo que apenas 10,0% afirmaram ser “**regular**”, enquanto os demais itens não obtiveram resultados numéricos.

GRÁFICO 17

OBSERVÂNCIA DOS PILARES INSTITUCIONAIS DA CORPORAÇÃO
HIERARQUIA E DISCIPLINA



Fonte: Pesquisa de Campo dos Autores, São Luís-MA, 1998

No resultado apresentado, verificamos que 100,0% responderam que os Oficiais frutos desse convênio são bastante “**disciplinados**”. E ainda acrescentaram que os mesmos são cômicos de suas missões, extremamente críticos e conhecedores dos pontos dissonantes da Corporação.

Concluimos então que os novos Oficiais formados na APM/MA estão correspondendo aos anseios da Corporação, quanto ao grau de conhecimento, relacionamento profissional e pessoal com os seus superiores e subordinados, e ainda que estão inteiramente cômicos da importância da observação dos pilares institucionais da Corporação “Hierarquia e Disciplina”.

Para balizar ainda mais essa afirmativa, reportemo-nos a entrevista concedida pelo Sr. Cel. PM Teodomiro de Jesus Diniz Moraes, Chefe do Estado Maior Geral da PMMA.

Qual a opinião do Sr. a respeito da atual Formação dos Oficiais da PMMA?

Respondeu que: “relaciona como aspecto positivo maior intercâmbio com a sociedade civil a partir do convívio com o segmento universitário; fortalecimento dos sentimentos de mudanças para quebra de paradigma, além da aquisição de uma postura crítica para incentivar a disseminação de uma cultura interna quanto a observância das normas de cidadania, direitos humanos e profissionalização”.

E como aspectos negativos a incerteza da confirmação desta expectativa. A formação de um quantitativo significativo de Oficiais, no caso de haver inversão de expectativas; as carências institucionais.

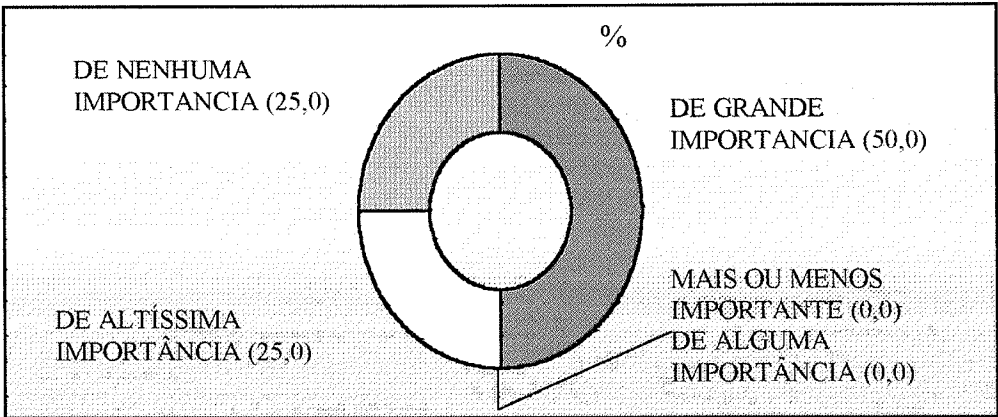
Perguntado ainda se recomendaria esse modelo adotado pela PMMA e outras coirmãs do Brasil?

Respondeu que: “sim, pois as respostas positivas sinalizam para recomendação do novo modelo, uma vez que, a demanda social inspirado na qualificação exige um perfil profissional que poderá futuramente emergir da parceria entre as instituições envolvidas”. (PM/UNIVERSIDADE)

3.5. Pesquisa realizada junto aos Oficiais Instrutores e Professores da APM/GO, num total de 20 (vinte) pessoas entre Instrutores e Professores

GRÁFICO 18

PARTICIPAÇÃO DA UNIVERSIDADE NA FORMAÇÃO DOS OFICIAIS DA PMGO

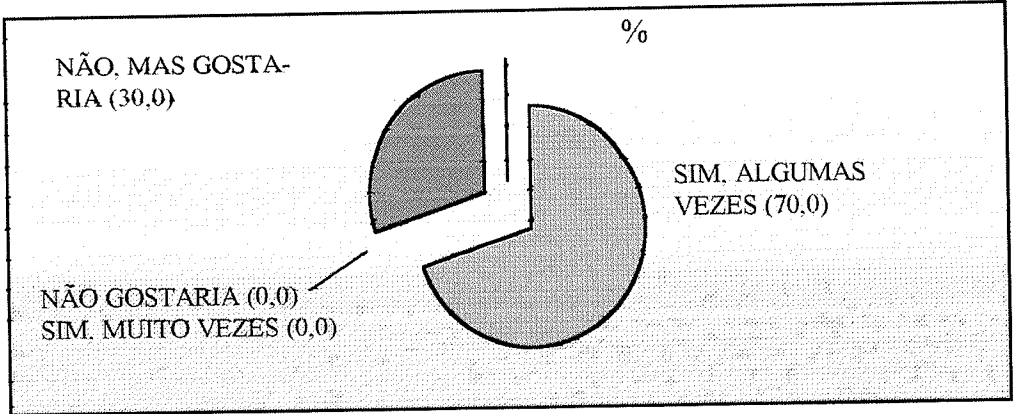


Fonte: Pesquisa de Campo dos Autores, Goiânia-GO, 1998

Verificamos o resultado obtido, 50,0% dos Oficiais-Instrutores e Professores responderam que a participação da universidade na Formação dos Oficiais da PMGO é de “**grande importância**”, 25,0% responderam ser de “**altíssima importância**”, enquanto que 25,0% acreditam ser de “**nenhuma importância**”. Os demais itens não obtiveram resultados numéricos.

GRÁFICO 19

PARTICIPAÇÃO EM DEBATES COM A COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA SOBRE O TEMA SEGURANÇA PÚBLICA

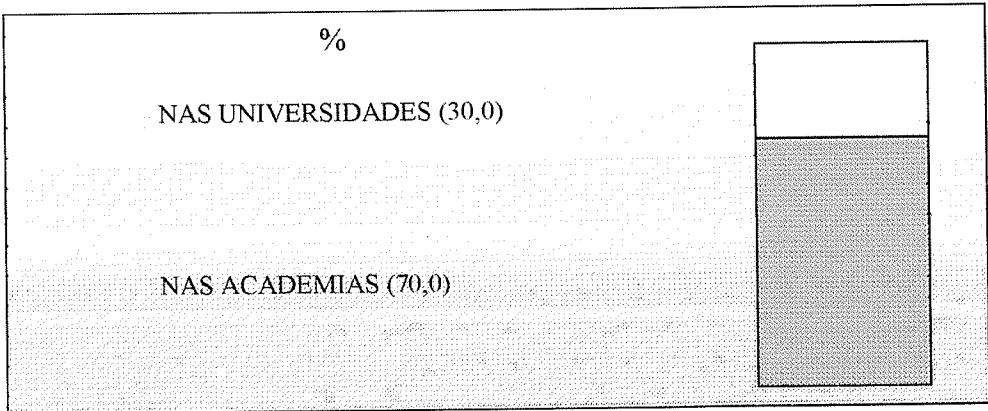


Fonte: Pesquisa de Campo dos Autores, Goiânia-GO. 1998.

Para os pesquisados, conforme demonstrado no gráfico acima 70,0% responderam que “**sim, algumas vezes**” já participaram de debates, palestras e seminários juntamente com a comunidade universitária e CFO, sobre temas relacionados com a Segurança Pública, 30,0% responderam “**não, mas gostaria**”. Enquanto que os demais itens não obteve resultado numérico.

GRÁFICO 20

PREFERÊNCIA DO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS: CONTINUAR NA ACADEMIA OU EM CONVÊNIO COM A UNIVERSIDADE



Fonte: Pesquisa de Campo dos Autores, Goiânia-GO. 1998.

No resultado obtido, verifica-se que 70,0% dos pesquisados responderam que preferem o Curso de Formação de Oficiais continue sendo realizado “**nas Academias**”, no modelo atual, enquanto 30,0% responderam que preferem que o curso seja realizado em “**convênio com a Universidade**”.

Concluindo, na tabulação desses dados verificamos que os Oficiais Instrutores e Professores concordam que é de grande importância a participação da Universidade na formação dos Oficiais da PM e ainda que um percentual elevado conforme dados do gráfico n.º 20, gostariam que o Curso de Formação de Oficiais continuasse sendo realizado na Academia de Polícia Militar. O que nos leva à seguinte conclusão: os Oficiais Instrutores e Professores querem a participação da Universidade na formação dos Oficiais, sem no entanto, perderem os laços com a APM.

O resultado da pesquisa parece contraditório, se considerada a posição cristalina dos demais segmentos quanto à adoção mansa e pacífica do novo modelo. Compreende-se este viés por tratar-se de um segmento que se resguarda pela preservação da intocabilidade de seu espaço de atuação, no caso a APM.

Além dos dados obtidos na pesquisa aplicada aos Cadetes, Oficiais-Instrutores e Professores é importante destacar as opiniões do Sr. Cel. PM Leopoldo Silva Freire, Diretor de Ensino da PMGO e do Sr. T/Cel. PM Carlos Félix do Nascimento, Comandante da APM/GO, em que ambos endossam a tese do

trabalho de viabilização de parceria com a Universidade, no sentido de se buscar uma formação mais qualificada dos oficiais.

A validade da tese parece, portanto, mansa e pacífica, uma vez que os segmentos consultados manifestaram-se de forma favorável à iniciativa de a Corporação buscar parceria, visando ao aprimoramento de seus quadros. Na verdade, todo o projeto pretende impor-se como uma alternativa viável, sem a menor intenção de esgotar o assunto.

CONCLUSÃO / PROPOSTAS

Com base nas informações emergentes da análise e no conteúdo das entrevistas concedidas por autoridades atuantes no sistema de ensino da PMGO, o presente trabalho sinaliza para a necessidade de reformulações na conduta do ensino pertinente à formação do oficial, em particular no que respeita à ambiência de aprendizagem.

O ambiente restrito da caserna como cenário exclusivo da formação do oficial, segundo o senso comum evidente na pesquisa em que se fundamentam as propostas pretendidas, tem promovido um certo distanciamento entre o concludente do CFO e seus concidadãos da sociedade civil, cuja trajetória do aprendizado superior cruzou os umbrais da universidade.

A visão do mundo, pós era industrial, com os conseqüentes efeitos da globalização, gerando mudanças drásticas no contexto mundial, reflete atualmente, a carência de um entrosamento da Instituição Polícia Militar com a comunidade em todos os níveis, na busca da satisfação de suas necessidades de Segurança Pública, missão constitucional da Polícia Militar.

A experiência tem demonstrado que Segurança Pública não pode ser feita de forma unilateral pela Polícia, sem a participação dos diversos segmentos interessados. Para aqueles que insistem na formação do Policial Militar intra muros, lembramos que o mesmo está inserido dentro de um contexto social em constante mutação, com o qual interage durante toda a sua vida, quer profissional quer pessoal. O PM interage com a comunidade onde desempenha seus serviços e com seu micro-ambiente social em que vive, razões pelas quais precisa estar em condições de bem desempenhar profissional e socialmente seu papel.

Está também comprovada, pela média das opiniões contidas neste trabalho, que a interação PM/Universidade facilitará o diálogo sobre temas relacionados com a Segurança Pública, além de proporcionar possibilidades de elevação do nível de cultura geral e profissional dos oficiais.

A instituição deve buscar soluções para os problemas de Segurança Pública em parceria com a própria sociedade, e fugir de perpetuar-se na opinião pública como único responsável pelas mazelas que impedem avanços do Estado no aprimoramento da Segurança Pública.

A experiência que se tem da Polícia Militar do Estado do Maranhão, observada na conduta dos oficiais, oriundos desse modelo de Escola, deixa evidente que essa interação propicia à oficialidade maiores oportunidades de se fazer conhecida pela sociedade e de conhecê-la com mais intimidade. Esse relacionamento facilita à sociedade um conhecimento mais efetivo das atividades

de segurança pública, gerando, no seio da comunidade, mais compreensão e tolerância com a ação policial militar.

Desse intercâmbio, a corporação auferirá maiores subsídios para investir na formação dos seus recursos humanos.

Assim concluído, propõe-se:

- firmar convênios com instituições de ensino superior com vista à formação e especialização dos Oficiais da Polícia Militar. Para tanto, indica-se, como produto deste trabalho a implementação, em parceria com a UNIANA, do Curso Superior em Segurança Pública, estabelecendo dessa forma, uma adequação do atual CFO a este novo modelo;

- esclarecer que, a priori, torna-se imprescindível disseminar a idéia entre Oficiais da PMGO, numa tentativa de convencimento sobre a urgência dessa mudança, adotando-se medidas de publicidade e outras que possam concorrer de forma segura para a viabilização da proposta;

- concretizada essa proposta, como descrita no corpo deste trabalho, espera-se alcançar:

- maior interação da Polícia Militar com a comunidade;
- elevação da qualificação dos recursos humanos da Polícia Militar;
- maior credibilidade da Polícia Militar junto à comunidade;
- maior produtividade das ações desenvolvidas pela Polícia Militar;
- elevação do prestígio da corporação junto à comunidade científica.
- como ilustração dos caminhos a serem seguidos na consecussão desse tipo de projeto, está inserida, no apêndice, cópia do termo de

convênio de mútua cooperação técnico científica, celebrado entre a PMMA e UEMA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. História da Instrução Pública no Brasil. São Paulo: Nacional. 1990, p.25

BRASIL - Constituição da República Federativa, 6. ed. São Paulo: Edipro, 1996.

CASSIMIRO, Maria de Rosário et Alii. A Universidade oportuna – reflexão sobre a universidade e seu desenvolvimento com a comunidade. Goiânia: Ed. Da Universidade Federal de Goiás, 1983, p. 12.

_____. Desenvolvimento e educação no interior do Brasil. Goiânia: Oriente, 1974, p. 26.

Convênio PMMA/UEMA. São Luiz -MA, 1993.

FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967

GOODE, Willian J. e HATT, Paul K. Métodos em pesquisa social. São Paulo: Nacional, 1969, p. 40-50

MOTA e CERVANTES. Monografia do CAO-BMRS. Apud. Cap. PMRS Sérgio Boher. In 1992. p. 48

REVISTA FORÇA POLICIAL. São Paulo: nº 4, Out./Dez., 1994, p. 23

REVISTA PMMA . São Luiz - MA. Jan./1993.

RIBEIRO, Darcy. A Universidade necessária. Rio de Janeiro, 6. ed., Paz e Terra, 1969. p. 37

RIBEIRO, Wilson de Figueiredo. A teoria da Universidade e sua aplicação as sociedades em desenvolvimento. Belém, Ed. da Universidade Federal do Pará, 1976. p. 76

SANTOS, José Arquino dos. A atual situação do ensino na PMGO. Goiânia-GO. CTE. 1991. Monografia, Mimeo, p. 23 a 26

SILVA, Evanildo Soares da e CARVALHO, José de R. Silva. A Formação Superior do Oficial PM: sua importância para PMMA (1993/1997). Fortaleza/CE. CAO. 1997. Monografia, Mimeo, p. 16

TEIXEIRA, Anísio. Educação no Brasil. São Paulo: Nacional, 1969.

TOBIAS, Antônio José. História da educação brasileira. São Paulo: Juriscred. 1972.

Universidade Estadual de Anápolis. Manual de Instruções e Informações. Anápolis-GO. 1998.

VICTORIANO, Benedito A. D. e GARCIA Carla E. Produzindo monografia. São Paulo: Publisher Brasil, 1996.

ANEXOS

Anexo 1

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
Academia de Polícia Militar

PESQUISA DE CAMPO	-	QUESTIONÁRIO Nº 01
ENDEREÇADO AOS CADETES DO 3º ANO – CFO – PMGO/PMMA		

DATA: ____/____/____

- 1). O objetivo deste é coletar dados para a elaboração do trabalho monográfico dos Oficiais, Cap. PM Ananias Rodrigues Silva (PMGO) e Cap. PM José Ribamar Pereira da Silva Filho (PMMA), que tratará do tema: “A Formação do Oficial QOPM em parceria com a Universidade”, uma condição para conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO/98).
- 2). Solicita-se que responda aos quesitos no menor espaço de tempo possível, com base em suas experiências e observações ao longo da sua carreira e, também, com as suas próprias idéias sobre o assunto.
- 3). Sua colaboração será de grande valia para o êxito deste trabalho, bem como, para a Polícia Militar do Estado de Goiás.
- 4). Não é necessário identificar-se.

QUESTIONÁRIO

ENDEREÇADO AOS CADETES 3º ANO DA PMGO/PMMA

1. QUAL A SUA OPINIÃO A RESPEITO DA PARTICIPAÇÃO DA UNIVERSIDADE NA FORMAÇÃO DOS OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR?

- () de altíssima importância
- () de grande importância
- () de alguma importância
- () mais ou menos importante
- () de nenhuma importância

2. ENQUANTO ALUNO OFICIAL, VOCE JÁ PARTICIPOU DE DEBATES, PALESTRAS, SEMINÁRIOS, ETC., JUNTAMENTE COM A COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA, SOBRE TEMAS RELACIONADOS COM SEGURANÇA PÚBLICA?

- () sim, muitas vezes
- () sim, algumas vezes
- () sim, uma vez
- () não, mas gostaria
- () não gostaria

3. VOCE PREFERE O CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS REALIZADO NAS ACADEMIAS OU EM CONVÊNIO COM A UNIVERSIDADE?

4. QUAL A SUA OPINIÃO A RESPEITO DESUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL, LEVANDO-SE EM CONSIDERAÇÃO O MAIS ESTREITO CONVÍVIO COM A COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA?

5. ENUMERE O QUE VOCE ACHA MAIS IMPORTANTE NO INTERCÂMBIO
POLÍCIA MILITAR/UNIVERSIDADE:

6. NO SEU ENTENDIMENTO, QUAIS OS PROBLEMAS QUE MAIS
INTERFEREM NA QUALIDADE DE SEGURANÇA PÚBLICA OFERECIDA POR
SUA POLÍCIA MILITAR?

Anexo 2

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
Academia de Polícia Militar

PESQUISA DE CAMPO - QUESTIONÁRIO Nº 02 ENDEREÇADO AOS OFICIAIS FORMADOS NA APM/MA x UEMA

DATA: ____/____/____

1). O objetivo deste é coletar dados para a elaboração do trabalho monográfico dos Oficiais, Cap. PM Ananias Rodrigues Silva (PMGO) e Cap. PM José Ribamar Pereira da Silva Filho (PMMA), que tratará do tema: “A Formação do Oficial QOPM em parceria com a Universidade”, uma condição para conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO/98).

2). Solicita-se que responda aos quesitos no menor espaço de tempo possível, com base em suas experiências e observações ao longo da sua carreira e, também, com as suas próprias idéias sobre o assunto.

3). Sua colaboração será de grande valia para o êxito deste trabalho, bem como, para a Polícia Militar do Estado de Goiás.

4). Não é necessário identificar-se.

QUESTIONÁRIO

ENDEREÇADO AOS OFICIAIS FORMADOS NA APM/MA x UEMA (CONVÊNIO)

1. O QUE LHE FEZ OPTAR PELO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAL PM?

- ☐ vocação pela carreira
- ☐ falta de emprego
- ☐ convênio PMMA x UEMA
- ☐ influência familiar
- ☐ outros

2. DURANTE O CURSO, O SEU RELACIONAMENTO COM OS COMPANHEIROS DE TURMA, EM MÉDIA, FOI:

- ☐ ótimo
- ☐ bom
- ☐ regular
- ☐ péssimo

3. COMO ERA O SEU RELACIONAMENTO COM OS OFICIAIS E PRAÇAS NA APM?

- ☐ ótimo
- ☐ bom
- ☐ regular
- ☐ péssimo

4. QUAL O SEU RENDIMENTO NAS DISCIPLINAS PROFISSIONAIS?

- ☐ muito bom
- ☐ bom
- ☐ regular
- ☐ insuficiente

5. QUAL O SEU RENDIMENTO NAS DISCIPLINAS FUNDAMENTAIS?

- ☐ muito bom
- ☐ bom
- ☐ regular
- ☐ insuficiente

6. VOCÊ É FAVORÁVEL À CONTINUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOS OFICIAIS DA PMMA NESSE MODELO: PMMA x UEMA (CONVÊNIO).

7. NA SUA OPINIÃO, COM O APRENDIZADO DO CFO, VOCÊ SE SENTE CAPACITADO PROFISSIONALMENTE PARA DESEMPENHAR AS TAREFAS ATRIBUIDAS AO OFICIAL SUBALTERNO OU INTERMEDIÁRIO?

- ☐ sim, perfeitamente
- ☐ sim, mais ou menos
- ☐ não

8. NA SUA OPINIÃO, O RELACIONAMENTO DOS CADETES E DEMAIS ALUNOS DA UEMA, EM MÉDIA É:

- ☐ muito bom
- ☐ bom
- ☐ regular
- ☐ insuficiente

9. QUAL A SUA OPINIÃO SOBRE O SEU CFO?

ASPECTOS POSITIVOS: _____

ASPECTOS NEGATIVOS: _____

Anexo 3

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
Academia de Polícia Militar

PESQUISA DE CAMPO - QUESTIONÁRIO Nº 03 ENDEREÇADO AOS CMT DE OPM ONDE SIRVAM OFICIAIS FORMADOS NA APM x UEMA

DATA: ____/____/____

1). O objetivo deste é coletar dados para a elaboração do trabalho monográfico dos Oficiais, Cap. PM Ananias Rodrigues Silva (PMGO) e Cap. PM José Ribamar Pereira da Silva Filho (PMMA), que tratará do tema: “A Formação do Oficial QOPM em parceria com a Universidade”, uma condição para conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO/98).

2). Solicita-se que responda aos quesitos no menor espaço de tempo possível, com base em suas experiências e observações ao longo da sua carreira e, também, com as suas próprias idéias sobre o assunto.

3). Sua colaboração será de grande valia para o êxito deste trabalho, bem como, para a Polícia Militar do Estado de Goiás.

4). Não é necessário identificar-se.

QUESTIONÁRIO

ENDEREÇADO AOS CMT DO OPM ONDE SIRVAM OFICIAIS FORMADOS NA
APM x UEMA

1. COMO O SR. VÊ A ATUAL FORMAÇÃO DOS OFICIAIS DA PMMA EM
CONVÊNIO COM A UEMA?

- () de altíssima importância
- () de grande importância
- () de alguma importância
- () mais ou menos importante
- () de nenhuma importância

2. PROFISSIONALMENTE, ESSES OFICIAIS ESTÃO CORRESPONDENDO
AOS ANSEIOS DA CORPORAÇÃO?

- () sim, completamente
- () sim, satisfatoriamente
- () sim, regularmente
- () não

3. O RELACIONAMENTO PESSOAL E PROFISSIONAL DESSES OFICIAIS
COM SEUS SUPERIORES, EM MÉDIA, É:

- () muito bom
- () bom
- () regular
- () deficiente

4. O RELACIONAMENTO PESSOAL E PROFISSIONAL DESSES OFICIAIS
COM OS SEUS SUBORDINADOS, EM MÉDIA, É:

- () muito bom
- () bom
- () regular
- () deficiente

5. NOS SERVIÇOS INTERNOS E EXTERNOS ESSES OFICIAIS TÊM CUMPRIDO AS MISSÕES QUE LHES SÃO ATRIBUÍDAS A CONTENTO?

- () completamente
- () satisfatoriamente
- () parcialmente
- () com deficiência

6. NA SUA OPINIÃO, ESSE NOVO MODELO DE FORMAÇÃO DOS OFICIAIS DA PMMA É:

- () muito bom
- () bom
- () regular
- () deficiente
- () péssimo

7. NO QUE DIZ RESPEITO A OBSERVÂNCIA DOS PILARES INSTITUCIONAIS DA CORPORAÇÃO, "HIERARQUIA E DISCIPLINA", QUAL A SUA OPINIÃO A RESPEITO DOS OFICIAIS FORMADOS NA APM/MA.

Anexo 4

ENTREVISTA

Concedida pelo Sr. Cel. PM Teodomiro de Jesus Diniz Moraes,
Chefe do Estado Maior Geral da PMMA

1. QUAL A OPINIÃO DO SR. A RESPEITO DA ATUAL FORMAÇÃO DOS
OFICIAIS DA PMMA?

ASPECTOS POSITIVOS: Intercâmbio com o mundo civil a partir do convênio com o segmento universitário; internalização de novas idéias, oriundas deste intercâmbio, para fortalecer o sentimento de mudança e quebra de paradigmas; aquisição de uma postura crítica para incentivar a disseminação interna das normas de cidadania, direitos humanos e profissionalização.

ASPECTOS NEGATIVOS: A incerteza da confirmação desta expectativa a formação de um quantitativo significativo de oficiais, no caso de houver inversão de expectativas; as carências institucionais.

2. O SENHOR RECOMENDARIA ESSE MODELO ADOTADO PELA PMMA
(CONVÊNIO PM X UNIVERSIDADE) A OUTRAS COIRMÃS DO BRASIL?
JUSTIFIQUE.

As respostas positivas sinalizam para a recomendação do modelo, pois a demanda social inspirada na qualificação exige um perfil profissional que poderá futuramente emergir da parceria entre as instituições envolvidas.

Anexo 5

ENTREVISTA

Concedida pelo Sr. Cel. PM Leopoldo Silva Freire,
Diretor de Ensino da PMGO

1. QUAL A OPINIÃO DO SR. SOBRE A ATUAL FORMAÇÃO DOS OFICIAIS DA PMGO?

ASPECTOS POSITIVOS: Tem formado sem recalques, numa dinâmica moderna de participação do aluno em algumas matérias.

Professores atualizados na realidade atual.

ASPECTOS NEGATIVOS: Os estágios precisam de um acompanhamento mais próximo.

Os alunos devem ser usados em certas atividades operacionais, sem uma devida orientação prévia.

2. COMO O SENHOR VÊ A POSSIBILIDADE DE A FORMAÇÃO DOS OFICIAIS DA PMGO VIR A SER DESENVOLVIDA EM UM SISTEMA DE PARCERIA COM A UNIVERSIDADE, LEVANDO-SE EM CONTA DA PERSPECTIVA DOS EGRESSOS DO CURSO RECEBEREM O GRAU DE BACHAREL EM SEGURANÇA PÚBLICA?

Necessário se torna que seja feito um estudo detalhado visto que teremos que refazer o nosso currículo escolar.

Acredito que médio prazo terá em algum Estado brasileiro o reconhecimento do MEC do grau de Bacharel em Segurança Pública, visto que estão trabalhando neste sentido.

Anexo 6

ENTREVISTA

Concedida pelo Sr. T/Cel. PM Carlos Félix do Nascimento ,
Comandante da Academia de Polícia Militar - GO

1. QUAL A OPINIÃO DO SR. SOBRE A ATUAL FORMAÇÃO DOS OFICIAIS DA PMGO?

ASPECTOS POSITIVOS: Ênfase nos aspectos profissional, social e moral; preparo para a legalidade dos atos praticados; incentivo as participações sociais e esportivas; massificação de caráter operacional.

ASPECTOS NEGATIVOS: Falta de um critério seletivo para os nossos professores e instrutores.

2. COMO O SENHOR VÊ A POSSIBILIDADE DE A FORMAÇÃO DOS OFICIAIS DA PMGO VIR A SER DESENVOLVIDA EM UM SISTEMA DE PARCERIA COM A UNIVERSIDADE, LEVANDO-SE EM CONTA A PERSPECTIVA DOS EGRESSOS DO CURSO RECEBEREM O GRAU DE BACHAREL EM SEGURANÇA PÚBLICA?

Vejo com bons olhos, principalmente por ser um anseio nosso para que isso se torne em realidade, o que já vem ocorrendo em outras unidades da federação.

APÊNDICE

TERMO DE CONVÊNIO DE MÚTUA COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO, A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO MARANHÃO e o CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO MARANHÃO, visando a Formação de Oficiais para ambas as Corporações.

HOMOLOGADO, em 21 de maio de 1993, A DA LEI

21/05/1993



Governador do Estado do Maranhão

A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - Instituição de Ensino Superior criada pela Lei nº 4.400, de 30 de dezembro de 1981, sediada na Cidade Universitária PAULO VI, Tirirical, São Luis-Maranhão, inscrita no Cadastro Geral de Contribuinte do Ministério da Fazenda sob o nº 06352421/0001-68, doravante denominada UEMA, neste ato representada pelo seu Reitor, PROFESSOR CLEBER MENDES SILVA, brasileiro, divorciado, Administrador, CPF nº 037958453-00, a POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO MARANHÃO, doravante denominada PMMA, situada na Av. Jerônimo de Albuquerque-Calhau, nesta Capital, inscrita no Cadastro Geral de Contribuinte sob o nº 06650139/0001-67, neste ato representada pelo seu COMANDANTE GERAL CEL. FRANCISCO MARIOTTI, brasileiro, casado, CPF. nº 224520017-91 e o CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO MARANHÃO, doravante denominado CBMMA, situado à Av. Alexandre de Moura, S/Nº, Centro, nesta Capital, inscrito no Cadsatro Geral de Contribuinte sob o nº 06650139/0001-67, neste ato representando pelo seu COMANDANTE GERAL CEL. GUILHERME BAPTISTA VENTURA, brasileiro, casado, CPF. nº 214944287-68, resolvem entre si, firmar o presente Convênio, segundo as Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS OBJETIVOS GERAIS

1 - Considerar as funções educacionais desempenhadas pelas entidades convenientes, todas elas voltadas para a promoção do desenvolvimento econômico e social do Estado do Maranhão.

2 - Observar o relevante interesse social no aproveitamento de recursos humanos, materiais, financeiros e gerenciais das entidades convenientes, com vistas à formação de profissionais qualificados ao desempenho das funções de Oficiais da

Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar.

3 - Integrar socialmente o Oficial da Polícia Militar e o Bombeiro Militar à comunidade acadêmica, e, por extensão, à elite intelectual da sociedade maranhense.

4 - Constituir as convenientes foro adequado ao estudo e equacionamento dos problemas sociais de segurança do Estado do Maranhão.

CLAUSULA SEGUNDA - DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Definir as atividades de cooperação ou colaboração mútua técnico-científica a serem desenvolvidas entre a UEMA, PMMA e CBMMA, através do presente Convênio, visando o fortalecimento institucional das Organizações, além da formação, em nível superior, de Oficiais Policiais-Militares e Bombeiros Militares para a Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Maranhão.

CLAUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO

Para a execução dos objetivos e metas propostas no presente Convênio, será elaborado um Projeto específico para o Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares e Bombeiros Militares, pelas Instituições convenientes, que fará parte integrante do presente termo, independente de transcrição, e onde estarão definidas de forma clara, as obrigações e níveis de responsabilidades das Instituições envolvidas e formalmente aprovado pelas convenientes.

SUB-CLAUSULA UNICA - No interesse das partes e de comum acordo o Projeto para o Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares e Bombeiros Militares, poderá, a qualquer tempo merecer revisão e ajustes necessários.

CLAUSULA QUARTA - DO FUNCIONAMENTO

O funcionamento do Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares e Bombeiros Militares, obedecerá o Regimento específico, no que concerne às normas de controle acadêmico e regime disciplinar.

SUB-CLÁUSULA I - Em caso de greves ou outros impedimentos que im
pliquem na paralização docente, no "Campus" da
Universidade Estadual do Maranhão-UEMA, fica previsto o desloca-
mento dos professores para o recinto da Academia de Polícia Mili-
tar.

SUB-CLÁUSULA II - No caso de negativa do professor em atender ao
requisito da Sub-Cláusula I, a UEMA se obriga
à imediata substituição do docente, mantendo o normal funcionamen-
to do Curso.

CLÁUSULA QUINTA - DA DURAÇÃO

A duração do Curso de Formação de Oficiais Po-
liciais Militares será de 03(três) anos, correspondentes a 4.650
horas/aula.

A duração do Curso de Formação de Oficiais Bom-
beiros-Militares será de 03(três) anos, correspondentes a 4.725
horas/aula.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

A duração do presente Convênio é por prazo in
determinado a partir da assinatura, podendo ser modificado median-
te termo aditivo, ser rescindido por qualquer das partes convenen-
tes, pelo inadimplemento de suas cláusulas, através de manifestação
das partes com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, antes
que se proceda a novo exame vestibular, ficando estas obrigadas a
concluir a formação dos alunos já matriculados no Curso.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

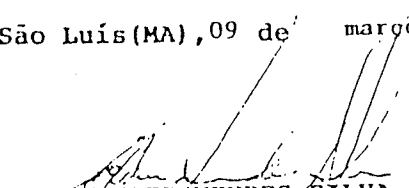
As partes convenientes elegem o Foro de São
Luís-Maranhão, para dirimirem dúvidas oriundas do presente Con-
vênio.

E, por estarem justos e acordados, depois de

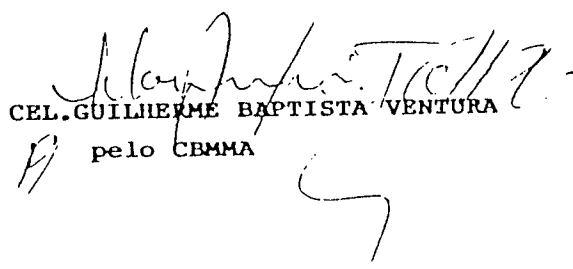
lido e achado conforme, o presente Convênio pelas partes supra e pelas testemunhas abaixo, recebe o presente instrumento as assinaturas devidas.

São Luís (MA), 09 de março

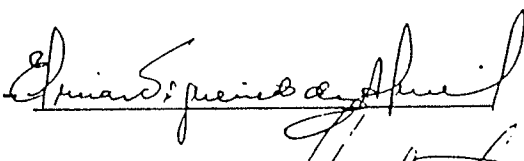
de 1993.


PROP. CLEBER MENDES SILVA
pela UEMA


CEL. FRANCISCO MARIOTTI
pela PMMA


CEL. GUILHERME BAPTISTA VENTURA
pelo CBMA

TESTEMUNHAS:

1 
2 - 